

Diagnóstico da Rede de Proteção

Um olhar sobre o atendimento integral à criança e ao adolescente vítima de violência sexual em oito cidades-polo de Pernambuco



CHILDHOOD
pela proteção da infância

**CADERNO
DE PESQUISA**

Diagnóstico da Rede de Proteção

Um olhar sobre o atendimento integral à criança e ao adolescente
vítima de violência sexual em oito cidades-polo de Pernambuco



Edição Childhood Brasil

Recife | Pernambuco | Brasil
Maio de 2012

CHILDHOOD
pela proteção da infância

CADERNO
DE PESQUISA

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente
Rosana Camargo de Arruda Botelho | Participações Morro Vermelho

Arthur José de Abreu Pereira | SDI Desenvolvimento Imobiliário
Carlos Alberto Mansur | Banco Industrial do Brasil
Carlos Pires Oliveira Dias | Camargo Corrêa
Celita Procópio de Araújo Carvalho | Fundação Armando Álvares Penteado
Christer Manhusen | Câmara do Comércio Sueco-Brasileira
Eduardo Alfredo Levy Júnior | Didier Levy Corretora
Erling Sven Lorentzen | Lorentzen Empreendimentos
Gregory James Ryan | Atlantica Hotels International
John Henry Baber Harriman | The Standard Chartered Private Bank
José Ermírio de Moraes Neto | Votorantim Participações
Kelly Gage | The Curtis L. Carlson Family Foundation
Klaus Werner Drewes | Drewes & Partners Corretora de Seguros
Luís Norberto Paschoal | Cia DPaschoal de Participações
Luiz de Alencar Lara | Lew'Lara\TBWA Publicidade
Mats Agurén | The World Childhood Foundation
Nils Eric Gunnarson Grafström | Invest Sweden
Paulo Agnelo Malzoni | Grupo Victor Malzoni
Paulo Setúbal Neto | Duratex
Pedro Paulo Poppovic | Conectas

CONSELHO FISCAL
Sergio Orlando Asís

EQUIPE
Diretora Executiva
Ana Maria Drummond
Diretor
Ricardo de Macedo Gaia
Gerente de Operações
Ana Flávia Gomes de Sá
Gerente de Programas
Itamar Batista Gonçalves
Coordenadores de Programas
Anna Flora Werneck
Erika Kobayashi
Maria Gorete O. M. Vasconcelos
Rosana Junqueira
Assessora de Mobilização de Recursos
Vanessa Teramoto Higa
Assessora de Operações
Tatiana Larizzatti
Coordenador Administrativo Financeiro
Demétrio Jerônimo da Silva Filho
Analistas de Programas
Letícia Born
Mônica Santos

PROGRAMA PROTEÇÃO EM REDES
Centro de Estudos, Pesquisas e Atendimentos Relativos à Violência Sexual (CEPARVS)

EQUIPE DE PESQUISA
Coordenação de pesquisa
Maria Gorete Oliveira Medeiros Vasconcelos
Elaboração do Projeto de Pesquisa
Dilma Felizardo
Coordenação de Campo
Maria Carmelita Maia e Silva
Pesquisadoras
Andréa Maria Lages Gomes de Almeida
Edna Jatobá
Análise
Benedito Rodrigues dos Santos
Sylvio José Barreto da Rocha Ferreira
Processamento de Dados Quantitativos
Andréa Maria Lages Gomes de Almeida
Jucelino Nascimento
Apoio Técnico
Maria Carolina Batista Gomes
Sistematização
Andréa Maria Lages Gomes de Almeida
Maria Gorete Oliveira Medeiros Vasconcelos
Maria Madalena Peres Fucks
Roseane Fátima de Queiroz Moraes
Revisão Técnica
Anna Flora Werneck
Benedito Rodrigues dos Santos
Sylvio José Barreto da Rocha Ferreira

EQUIPE TÉCNICA CEPARVS | CONSULTORES CHILDHOOD BRASIL
Ana Maria Barreto Campelo
Fernanda Andrade
Joelma de Sousa Correia
Maria Carolina Batista Gomes
Auxiliar Administrativa
Iraneide de Araújo Medeiros
Assessoria de Comunicação
Cirlene Bezerra de Menezes
Projeto Gráfico e Diagramação
Z.dizain Comunicação
Revisão Ortográfica
Betânia Jerônimo
Impressão
Provisual
Tiragem
500 exemplares

Cadastro no Comitê de Ética do Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães (CPqAM \ Fiocruz) - CAAE 0030.0.095.000-11	
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)	
Caderno de pesquisa : análise da rede de proteção : um olhar sobre o atendimento integral à criança e adolescente vítima de violência sexual em oito cidades pólo de desenvolvimento de Pernambuco / Maria Gorete O. M. Vasconcelos, (orgs.). -- São Paulo : Childhood - Instituto WCF-Brasil, 2012.	
Vários autores. Bibliografia ISBN 978-85-62194-07-8	
1. Adolescentes - Violência sexual 2. Crianças - Violência sexual 3. Proteção à infância e adolescência I. Vasconcelos, Maria Gorete O. M.. II. Almeida, Andréa Maria L. G.. III. Silva, Maria Carmelita M..	
12-11855	CDD-362.76
Índices para catálogo sistemático: 1. Crianças e adolescentes : Violência sexual : Problemas sociais 362.76	

CADERNO DE PESQUISA

Diagnóstico da Rede de Proteção

Um olhar sobre o atendimento integral à criança e ao adolescente
vítima de violência sexual em oito cidades-polo de Pernambuco

SIGLAS E ACRÔNIMOS

CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEAS	Conselho Estadual de Assistência Social
CEDCA	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEPARVS	Centro de Estudos, Pesquisas e Atendimentos Relativos à Violência Sexual
COMDICA	Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONDEPE/ FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAFIRE	Faculdade Frassinetti do Recife
GPCA	Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML	Instituto Médico Legal
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MP	Ministério Público
NOB	Norma Operacional Básica
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAIR	Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil
RD	Região de Desenvolvimento
RMR	Região Metropolitana do Recife
RPA	Região Político-Administrativa
SDH	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TJPE	Tribunal de Justiça de Pernambuco
WCF	World Childhood Foundation

Sumário

Apresentação	7
Introdução	11
1. Metodologia	17
1.1 Tipo de Estudo	17
1.2 Local de Estudo	18
1.3 Universo da Amostra	29
1.4 Instrumentos, técnicas e procedimentos da coleta de dados	30
1.5 Aspectos éticos e legais	33
1.6 Hipóteses de trabalho	33
1.7 Análise e interpretação dos dados	34
2. Resultados	37
2.1 Proposição e gestão da política	37
2.2 Territorialidade e abrangência	43
2.3 Capacitação	55
3. Limitações metodológicas	75
4. Considerações finais	77
Referências	82
Apêndice	84
Anexos	87



Apresentação

Esta pesquisa, intitulada “Diagnóstico da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente em Situação de Violência Sexual — Um olhar sobre o atendimento integral à criança e ao adolescente vítima de violência sexual em oito cidades-polo de Pernambuco”, apresenta uma análise do Sistema de Garantia de Direitos para promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de violência sexual nas oito cidades-polo de desenvolvimento do Estado de Pernambuco: Recife (Região Metropolitana do Recife), Carpina (Mata Norte), Palmares (Mata Sul), Caruaru (Agreste Central), Garanhuns (Agreste Meridional), Salgueiro (Sertão central), Arcoverde (Sertão do Moxotó) e Petrolina (Sertão do São Francisco). Sua realização é fruto de uma parceria estabelecida entre a **Childhood Brasil** e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco.

Sobre a Childhood Brasil

A **Childhood Brasil** é uma organização brasileira que faz parte da World Childhood Foundation (Childhood), instituição internacional criada em 1999 pela rainha Sílvia da Suécia para proteger a infância e garantir que as crianças sejam crianças.

A organização apoia projetos, desenvolve programas regionais e nacionais, influencia políticas públicas e transforma a vida de muitas crianças e adolescentes. Também educa os diferentes agentes, orientando como cada um pode agir para lidar com o problema, promovendo a prevenção e proteção em rede para meninos e meninas.

Com sede em São Paulo, a **Childhood Brasil** é certificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e Entidade Promotora dos Direitos Humanos.

Programas desenvolvidos no Brasil

Ao longo de 13 anos, a **Childhood Brasil** investiu R\$ 34 milhões na defesa da causa, apoiando 108 projetos de 60 organizações e realizando diferentes programas que beneficiaram mais de 1,5 milhão de pessoas entre crianças e adolescentes, seus familiares, gestores de governos e de organizações da sociedade civil. Atualmente estão em execução seis programas: Na Mão Certa, Grandes Obras, Sementeiros, Turismo, Proteção em Rede e Comunicação.



Projetos desenvolvidos em Pernambuco

A **Childhood Brasil** atua no Estado de Pernambuco desde 2007, com ações voltadas para a proteção e prevenção à violência sexual contra crianças e adolescentes, desenvolvendo os seguintes projetos: Turismo e Proteção à Infância; Formação Profissional de Jovens; Centro de Estudos, Pesquisas e Atendimentos Relativos à Violência Sexual (CEPARVS); Laços de Proteção e Na Mão Certa. Estas ações estão alinhadas aos eixos estratégicos da instituição e implementadas por meio de parcerias intersetoriais.

Informações

www.childhood.org.br
Rua Capitão José da Luz, 25/salas 402 e 403
Ilha do Leite – Recife/PE
Tel.: (81) 3037-2345

Sobre o Plano Decenal em Pernambuco

O estado de Pernambuco, no ano 2008, lançou seu Plano Decenal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, deliberado em Resolução conjunta sob nº 001/2007 emitida pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca) e pelo Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas) para o período de 2007 a 2017. O plano conta com os eixos estratégicos de Análise da Situação, Atendimento Integral, Defesa e Responsabilização, Formação e Qualificação, Prevenção, Mobilização e Comunicação e Protagonismo Infantojuvenil. As diretrizes desse plano representam o norteamento das políticas públicas específicas que devem ser implantadas em âmbito estadual, com foco na prevenção, atendimento e responsabilização das situações de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Dialogando com o referido plano decenal e considerando a necessidade de consolidação de metodologias inovadoras no âmbito da análise da situação e do atendimento integral, a **Childhood Brasil** implantou o Centro de Estudos, Pesquisas e Atendimentos Relativos à Violência Sexual (CEPARVS), em parceria com a Faculdade Frassi-

netti do Recife (Fafire) e o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Esta iniciativa é resultado de uma convergência de esforços no atendimento especializado em rede para crianças, adolescentes, famílias e agressores, objetivando a disseminação para os serviços de referência do Estado.

A pesquisa “Diagnóstico da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente em Situação de Violência Sexual — Um olhar sobre o atendimento integral à criança e adolescente vítima de violência sexual em oito cidades-polo de Pernambuco” apresenta uma análise do Sistema de Garantia de Direitos para promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de violência sexual em oito cidades-polo das Regiões de Desenvolvimento do estado de Pernambuco. Tem como finalidade dimensionar as potencialidades e fragilidades no atendimento, subsidiar a formulação de políticas públicas e qualificar as ações de intervenção.

A pesquisa também está alinhada com o eixo de análise da situação do Plano Decenal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Pernambuco, que apresenta um conjunto de metas e ações que objetivam o dimensionamento da problemática, demandadas a

partir do reconhecimento da insuficiência de estudos, pesquisas e mapeamentos e da articulação dos sistemas de informações sobre o fenômeno da violência sexual.

A meta três do eixo em referência propõe “mapear os serviços e organizações que atendem às situações de violência sexual no Estado”. Com base nesta meta, estruturou-se a pesquisa para analisar a constituição da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente em Situação de Violência Sexual nas oito cidades-polo do Estado de Pernambuco, com o propósito de buscar possíveis respostas para as questões relacionadas aos serviços existentes e às formas de intervenção realizadas, além de apresentar as potencialidades e desafios para uma atuação em rede.



Introdução

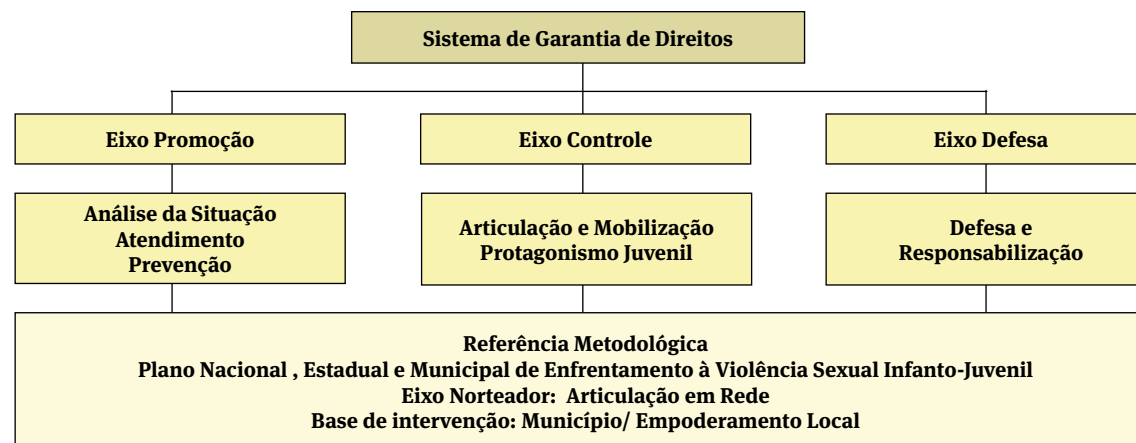
As políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil têm respaldo na Constituição Federal de 1988, a partir de seus avanços legais em relação às políticas sociais públicas de caráter universal e igualitário, expressado e assegurado no seu art. 227:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece mecanismos de exigibilidade dos direitos de crianças e adolescentes, por meio dos

quais as políticas públicas devem ser elaboradas, acompanhadas e controladas por Conselhos paritários em todos os níveis, além de financiadas com recursos da União, dos Estados e dos municípios. E, considerando o princípio da incompletude institucional, estabelece-se também que as ações devem ser implementadas de forma articulada, por meio de organizações governamentais e da sociedade civil organizada.

O Sistema de Garantia de Direitos refere-se a um conjunto articulado de pessoas e instituições que atuam para efetivar os direitos assegurados no marco regulatório, pautado, fundamentalmente, em três eixos centrais, conforme podemos observar no Quadro 1.



QUADRO 1:
Sistema de
Garantia de Direitos

É no interior do Sistema de Garantia de Direitos que ocorre a interação entre os diferentes serviços, espaços, instrumentos e atores sociais, realizando a articulação, a retroalimentação e promovendo a complementaridade entre os eixos da promoção, defesa e controle social nos quais se fundamenta tal sistema.

É importante ressaltar que essa interação que ocorre dentro do Sistema de Garantia de Direitos só é possível a partir da existência de uma rede. Embora sistema e rede estejam intimamente ligados, não são considerados sinônimos, pois possuem conceitos diferentes.

Para PORTO, o conceito de sistema está ligado a “um conjunto de elementos articulados segundo um princípio de funcionamento comum” (1999, p. 111). Já a rede está dentro desse sistema e permite a inter-relação dos elementos que o integram. CASTELLS define o funcionamento das redes como [...] um tipo de organização específica que possui aspectos formais, arquitetura reticular, funcionamento horizontal e democrático. Elas constituem uma nova morfologia social e a sua lógica modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência do poder oculto (2000, p.420).

Com base nessa definição de Castells, observa-se que as redes são um tipo de organização específica, que provoca uma nova dinâmica nos sistemas em que elas operam. O funcionamento das redes prescinde de interconexão, participação, cooperação e vínculo entre os seus interlocutores.

BRANDT ressalta que as redes têm um movimento permanente e mutável, já que elas se tecem ou se dissolvem continuamente em todos os campos da vida societária. Revela ainda que elas compõem nossa vida cotidiana como nas relações de parentesco e vizinhança, nas relações comunitárias, no mundo dos negócios e na vida pública (1999). Assim, infere-se que a existência de múltiplas redes explica a diversidade das necessidades humanas e sociais, contribuindo efetivamente com os processos de mudanças no campo das políticas públicas e sociais.

Dessa forma, as redes são organizações específicas com aspectos processuais fundados na multiplicidade de elementos, os quais estão interligados pela horizontalidade, sendo que os elos que unem seus elementos resultam de uma pactuação voluntária e não compulsória. Elas se interrompem nos pontos de inimizade, o que se pode chamar de nós ou de incompatibilidade.

A adesão voluntária às redes é um pressuposto importante em seu funcionamento, porque provoca interconexões para mantê-las vivas.

O entrelaçamento das redes alinhado às políticas públicas abre possibilidades para o desenvolvimento de ações que contemplem a escuta, o acolhimento e o cuidado da criança, do adolescente e da sua família em situação de violência. Quando isto acontece, os diferentes setores começam a estabelecer sintonia e complementaridade no acompanhamento de cada situação, em particular, compartilhando saberes e poderes. A consolidação de políticas intersetoriais é uma condição fundamental para responder, de forma efetiva, às complexidades decorrentes da violência, que como fenômeno está associada a questões sociais, culturais, econômicas, políticas e subjetivas, que atingem todas as classes sociais, independentemente de gênero, raças e etnias. Sua compreensão e enfrentamento demandam diferentes áreas do conhecimento – saúde, psicologia, psicanálise, antropologia, sociologia, direito, educação, economia, entre outras, necessitando de intervenções transdisciplinares e intersetoriais.

“A palavra violência é de origem latina — “*violentia*” — e significa violência, caráter violento ou cruel, força. O verbo *violare* significa tratar com violência, profanar, transgredir. Esses termos devem ser relacionados a *vis* (...). Mais profundamente, a palavra *vis* significa a força em ação, o recurso de um corpo para exercer sua força, e, portanto, a potência, o valor, a força vital.”

(Michaud, 1986, p.25).

Para Minayo (2002), a violência é um fenômeno sócio-histórico com múltiplos sentidos, formado por uma realidade plural, a qual deve ser pensada em rede, considerando os aspectos particulares e singulares de cada contexto, além da multidisciplinaridade.

A Organização Mundial da Saúde, em seu Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, traz a seguinte definição (2002, p.15):

“Violência é o uso intencional da força ou poder físico, em forma de ameaça ou efetivamente contra si mesmo, outra pessoa, ou um grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesões, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações. É fenômeno social complexo: conjuga aspectos sociais, culturais, econômicos, históricos, políticos, jurídicos e éticos de nossa sociedade. Manifesta-se como fruto de relações de dominação, produto de relações sociais construídas de forma desigual.”

Com relação à violência sexual, Cromberg (2004) a conceitua como circunscrita a uma relação a dois, consistindo na violação do corpo e do espaço corporal, sendo este o cerne da questão. Pressupõe, ainda, que não há um consentimento consciente para que tal fato ocorra, caracterizando-a em um quadro de vitimização com um agressor e uma vítima definidos.

Nesse sentido, é possível concordar e reforçar a posição da autora acerca de que a violência sexual representa uma ultrapassagem de limites na qual a relação abusiva está circunscrita não apenas ao ato sexual, mas ao sentimento de invasão nas esferas da vida psíquica e social. Esse tipo de invasão da sexualidade humana não se restringe à penetração, mas abarca diversos atos transgressivos: pode ser um toque, um olhar, um jogo de sedução, entre outros atos de erotização precoce da criança. Qualquer que seja o tipo de violência sexual perpetrada, o outro é colocado no lugar de um objeto, não sendo visto como sujeito.

Ainda segundo Cromberg (2004), o adulto é sempre o responsável pelo ato abusivo, mesmo que a criança ou adolescente tenha um comportamento erotizado, não compatível com a sua idade. Em outras palavras, o limite na relação com a criança e o adolescente cabe ao adulto. Um evento de violência se-

xual, geralmente, possibilita o estabelecimento de uma situação traumática, provocando sofrimento psíquico e fantasias sexuais inconscientes.

Para tanto, é preciso que haja intervenções às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual, que garantam uma atuação em rede, qualificada e integrada, nas áreas de educação, assistência social, saúde, segurança pública e de acesso ao sistema de justiça. Neste sentido, faz-se necessária a existência de equipes especializadas nos serviços e equipamentos da rede de proteção, tais como: centros de atenção psicossocial, conselhos tutelares, varas da infância e juventude, delegacias especializadas, acolhimento institucional, centro de defesa, entre outros.

O Brasil vem somando esforços a nível federal, estadual e municipal para realizar a atenção integral à criança e adolescente, estruturando serviços de atendimento às denúncias sobre todo tipo de violação de direitos humanos, numa ação vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, por meio do Disque Direitos Humanos 100. Este serviço registra e consolida dados nacionais que, no primeiro quadrimestre de 2012, recebeu 34.142 mil denúncias, representando 71% de aumento em relação ao mesmo período do ano anterior.

¹ Fonte: Infopol/Gace/SDS.

Os dados de ocorrência da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente (GPCA) de Pernambuco não configuram o mesmo índice de crescimento de denúncias em relação aos registros apresentados pelo Disque Direitos Humanos. Em 2007, registraram-se 4.611 crimes praticados contra crianças e adolescentes, sendo 13,9% relativos aos crimes de natureza sexual. No ano de 2011, foram registrados 5.134 crimes praticados contra a criança e o adolescente, sendo 521 caracterizados como de natureza sexual, representando 26,95%.¹

O crescente registro de denúncias representa uma maior visibilidade do fenômeno, porém não é suficiente para inferir que houve aumento no índice de violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, ou seja, a subnotificação e o pacto de silêncio continuam mascarando a real situação da incidência do fenômeno.

Esse paradoxo entre a existência do plano decenal e uma maior visibilidade da violência sexual praticada contra crianças e adolescentes demanda estudos mais aprofundados sobre a sua implementação, particularmente em municípios estratégicos do estado.

Nessa perspectiva, o objetivo desta pesquisa foi analisar a situação de implementação de ações

de prevenção e atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência sexual em oito municípios-polo das 12 Regiões de Desenvolvimento do estado de Pernambuco.

Em que pese o fato do termo “diagnóstico” fazer parte do título original desta pesquisa, a concepção de análise da situação aqui utilizada adota a perspectiva de Santos (2007) de compreendê-la como uma versão crítica do chamado “diagnóstico da realidade”. O modelo tradicional herdado das ciências naturais busca primeiro identificar as enfermidades e suas causas para, em seguida, “tratar” os pacientes das enfermidades constatadas.

A versão também tradicional do modelo de “diagnóstico” para “conhecer” a realidade antes de intervir sobre ela, que vem sendo empregado para análise e intervenção sobre problemas sociais, opera numa concepção similar ao modelo médico que prioriza o problema e não a prevenção.

Contrariamente ao caráter positivista dos diagnósticos tradicionais, a leitura da realidade aqui realizada possui caráter dialético, na medida em que inclui um componente analítico-avaliativo da realidade, processual e dinâmica, e se propõe a avaliar o próprio fazer no decorrer do processo

de execução dos projetos realizados em parceria com a **Childhood Brasil** e os vários órgãos do estado do Pernambuco.

Considerando a importância estratégica dos profissionais que atuam na garantia dos direitos da criança e do adolescente no estado, não somente para a implementação de políticas sociais, mas também para a construção de uma cultura de cidadania de crianças e adolescentes, optou-se por realizar essa análise da situação por intermédio do olhar desses profissionais.



1. Metodologia

1.1 Tipo de Estudo

Tratou-se de uma pesquisa quali-quantitativa do tipo corte transversal, visando obter evidências de associações entre as variáveis independentes e dependentes, procurando confirmar hipóteses e gerar outras que envolvem o atendimento integral às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual.

Compreende-se violência sexual enquanto relação de dominação e força imposta historicamente através de um poder desigual entre adultos e crianças, determinada por fatores multidimensionais como pobreza, desigualdade social, cultura, comportamento e estilo de vida, dentre outras determinações que explicitam o fenômeno. Neste sentido, a ação em rede desenvolvida pelas organizações é “independente, mas interligada em relação ao processo, aos objetivos e aos princípios que compartilha e se traduzem em vínculos horizontais que interconectam agentes, serviços, produtos e diversos tipos de organizações” (GUIMARÃES, 2007, p. 21).

O estudo apresentou-se como um elemento de análise sobre a importância do conhecimento da política de proteção e assistência integral prevista no ECA por gestores e técnicos das políticas de

atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual. Essa análise foi realizada por meio da aplicação de um questionário semiaberto nos diversos setores dos municípios relacionados, organizada em três categorias:

- I. proposição e gestão da política;
- II. territorialidade e abrangência;
- III. articulação/operacionalização.

Na categoria “Proposição e gestão da política”, buscou-se levantar como a política está sendo conduzida pela gestão em cada local visitado (Região de Desenvolvimento), dando uma visão geral do conhecimento, do diagnóstico, do monitoramento e da avaliação do fenômeno da violência sexual, visando à divulgação de dados para a sociedade. Incluiu, também, o levantamento prévio das situações de violência no município, a identificação das áreas mais problemáticas, a análise das denúncias e a identificação das instituições governamentais ou não que trabalham na proteção à infância e na adequação constante de dados e estatísticas sobre essa violação de direitos humanos.



A segunda categoria, “Territorialidade e abrangência”, teve o propósito de verificar se as ações desenvolvidas evitam ou diminuem os riscos de violência contra crianças e adolescentes, bem como se as orientações são dadas na perspectiva de fortalecer sua autodefesa, se favorecem o envolvimento das redes familiares, de vizinhança e comunitárias, e se dispõem de equipe capacitada para desenvolver atividades de sensibilização dos atores sociais a respeito da cultura da não violência.

Já na categoria “Articulação/operacionalização”, buscou-se verificar como os municípios estão articulados para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e aos adolescentes na perspectiva de rede, segundo o conceito de Guimarães (2006), tentando efetuar e garantir o atendimento especializado e integrado, realizado por profissionais capacitados, às crianças e adolescentes em situação de violência e suas famílias. Além disso, esta categoria se propôs a levantar se crianças e adolescentes têm garantidos atendimento multiprofissional especializado; acolhimento até que sejam mobilizados os órgãos competentes e tomadas as providências apropriadas para o caso; atividades socioeducativas que visem à recuperação e reestruturação das famílias em situação de extrema vulnerabilidade.

Esse instrumento foi direcionado aos gestores e técnicos, contendo perguntas sobre o conhecimento dessa política e a existência de estudos ou dados que apontassem prioridades em relação ao referido município ou mesmo um diagnóstico situacional.

Para nortear a aplicação do questionário semiestruturado nos demais municípios, realizou-se, num primeiro momento, um estudo piloto na cidade do Recife.

1.2 Local de Estudo

O estado de Pernambuco está dividido em 12 Regiões de Desenvolvimento (RD), de acordo com suas características socioeconômicas e geográficas (localização, clima, relevo etc) mais fortes. A pesquisa de campo abrangeu oito municípios-polo, sendo que cada um está localizado em uma região, conforme detalhado no Quadro 2.

Quadro 2:
Municípios pesquisados por
Região de Desenvolvimento

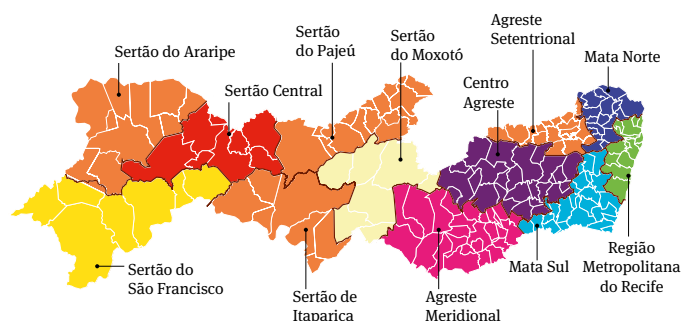
REGIÃO	MUNICÍPIO-POLO	COMPOSIÇÃO
1. Região Metropolitana do Recife (RMR)	Recife	Área administrativa criada em 1973, possui uma área de 2.768,454km ² , constituída por 14 municípios (Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Itamaracá, Ipojuca, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata), e o distrito de Fernando de Noronha
2. Mata Norte	Carpina	Possui uma área de 3.242,9km ² , correspondendo a 38,59% do total da mesorregião da Zona da Mata. É constituída por 19 municípios (Aliança, Buenos Aires, Camutanga, Carpina, Chã de Alegria, Condado, Ferreiros, Glória do Goitá, Goiana, Itambé, Itaquitinga, Lagoa de Itaenga, Lagoa do Carro, Macaparana, Nazaré da Mata, Paudalho, Timbaúba, Tracunhaém e Vicência)
3. Mata Sul	Palmares	Localiza-se na área sul da mesorregião da Mata pernambucana. Possui uma área de 5.208,6km ² (5,26% do território estadual). É constituída por 24 municípios (Água Preta, Amaraji, Barreiros, Belém de Maria, Catende, Chã Grande, Cortês, Escada, Gameleira, Jaqueira, Joaquim Nabuco, Maraiial, Palmares, Pombos, Primavera, Quipapá, Ribeirão, Rio Formoso, São Benedito do Sul, São José da Coroa Grande, Sirinhaém, Tamandaré, Vitória de Santo Antão e Xexéu)
4. Agreste Central	Caruaru	Localizada na mesorregião do Agreste pernambucano, com uma área de 10.117km ² (10,22% do território). É constituída por 26 municípios (Agrestina, Alagoinha, Altinho, Barra de Guabiraba, Belo Jardim, Bezerras, Bonito, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Camocim de São Félix, Caruaru, Cupira, Gravatá, Ibirajuba, Jataúba, Lagoa dos Gatos, Pannels, Pesqueira, Poção, Riacho das Almas, Sairé, Sanharó, São Bento do Una, São Caitano, São Joaquim do Monte e Tacaimbó)
5. Agreste Meridional	Garanhuns	Localizada na mesorregião do Agreste pernambucano, com uma área de 10.828km ² . É constituída por 26 municípios (Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Brejão, Buíque, Caetés, Calçado, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Iati, Itaíba, Jucati, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lajedo, Palmeirina, Paranatama, Pedra, Saloá, São José, Terezinha, Tupanatinga e Venturosa)
6. Sertão Central	Salgueiro	Localiza-se no Sertão pernambucano, com uma área de 9.144,6km ² . É constituída por oito municípios (Cedro, Mirandiba, Parnamirim, Salgueiro, São José do Belmonte, Serrita, Terra Nova e Verdejante)
7. Sertão do Moxotó	Arcoverde	Localiza-se no Sertão pernambucano, com uma área de 8.929km ² (10,9% do território estadual). É constituída por sete municípios (Arcoverde, Betânia, Custódia, Ibimirim, Inajá, Manari e Sertânia)
8. Sertão do São Francisco	Petrolina	Localiza-se no semiárido pernambucano, com uma área de 15.044,4km ² (15,2% do território estadual). É constituída por oito municípios (Afrânio, Cabrobó, Dormentes, Lagoa Grande, Orocó, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista)
Total	8	

FONTE: constituição das
Regiões de Desenvolvimento
do estado de Pernambuco
segundo classificação do
Condepe/Fidem (Agência
Estadual de Planejamento e
Pesquisas de Pernambuco).

1.2.1 Caracterização das Regiões de Desenvolvimento

O estado de Pernambuco está localizado na Região Nordeste do Brasil, com uma população de 8.796.448 habitantes, dos quais 34% são crianças e adolescentes². Seu território está dividido em 12 Regiões de Desenvolvimento (RD), de acordo com suas características socioeconômicas e geográficas (localização, clima, relevo etc) predominantes. Essas regiões apresentam ainda diferenças em sua infraestrutura, tais como oferta de rodovias, ferrovias, aeródromos, centros de formação e intermediação profissional, fornecedores de insumo, rede de serviços (habitacionais, educação, saúde, assistência social, entre outros), que são estratégicos para a aplicação de políticas públicas.

A presente pesquisa adotou a divisão do Estado pelas Regiões de Desenvolvimento, delimitando como campo de investigação e aplicação dos questionários as seguintes cidades-polo e regiões³:



- Recife (Região Metropolitana do Recife);
- Carpina (Mata Norte);
- Palmares (Mata Sul);
- Caruaru (Agreste Central);
- Garanhuns (Agreste Meridional);
- Arcoverde (Sertão do Moxotó);
- Salgueiro (Sertão Central);
- Petrolina (Sertão do São Francisco).

²IBGE, Censo de 2010.

³http://www.prorural.pe.gov.br/downloads/APLs_%20Corrigida_Wallace.pdf.

Por serem considerados municípios-polo, essas localidades apresentam importantes características, a serem investigadas no que diz respeito à implementação das políticas públicas, sendo referências territoriais no atendimento ao conjunto de municípios que compõem a região. Entre as políticas focadas, destacam-se a política de saúde, porta de entrada de muitas violações de direitos humanos, e a política de assistência social, onde se espera que, por seu porte, os municípios estejam habilitados na gestão plena, cumprindo os requisitos previstos no art. 30, parágrafo único da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e da Norma Operacional Básica (NOB) do Sistema Único de Assistência Social (Suas), assumindo a gestão total das ações de assistência social, como também se responsabilizando pela organização da proteção social básica e especial.

Por fim, além da sua importância econômica e referencial para a estruturação de políticas sociais, essas regiões foram selecionadas em razão dos índices de vulnerabilidade das crianças e adolescentes frente ao abuso e à exploração sexual.

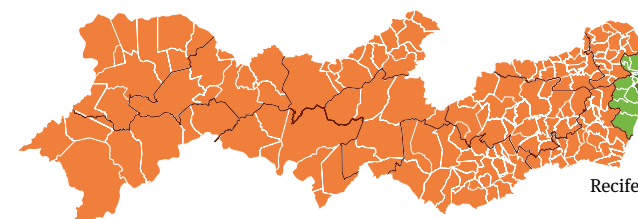
⁴ IBGE – Censo 2010.

⁵ Pnud, 2000.

⁶ Ipea/MDS/IBGE, 2004.

1.2.2 Caracterização dos municípios

Recife



Inserido na RD Metropolitana, o município do Recife, capital do Estado de Pernambuco, localiza-se às margens do Oceano Atlântico, em uma área de 217,494km². Classificado pelo IBGE como uma metrópole regional, o Recife apresenta a maior densidade populacional do Nordeste brasileiro e a terceira do país, superada apenas por São Paulo e Rio de Janeiro, além de ser a cidade nordestina com maior área de influência regional, possuindo a quarta maior rede urbana do Brasil em termos de população, que é de 1.537.704 habitantes, sendo 29% deles constituídos por crianças e adolescentes.⁴ Possui o IDH de 0,797, ocupando o segundo lugar no ranking estadual e a 120^a posição no país,⁵ com renda per capita de R\$ 390,71. Possui 31,47% da população em estado de pobreza e 12,97% indigentes.⁶

Conta com uma complexa rede de serviços no setor público, ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com 118 unidades básicas de saúde estabelecidas na maioria dos bairros da cidade, que oferecem consultas médicas (crianças, adultos e idosos), vacinação, atendimento pré-natal, planejamento familiar e exame ginecológico. Cerca de metade dessas unidades também oferece consultas odontológicas. Entretanto, segundo o Datasus, 0,75% das mães adolescentes estão na faixa etária de 10 a 14 anos e 16,56% delas entre 15 e 19 anos.⁷ Dados do Pnud 2000 apontam que a taxa de mortalidade infantil é de 29,78%. Já dados do IBGE/Datasus 2000 registram o índice de 68,62% de esperança de vida, além de 21.792⁸ nascidos vivos em 2010. Do ponto de vista da política de assistência social, o município de Recife está habilitado à gestão plena do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

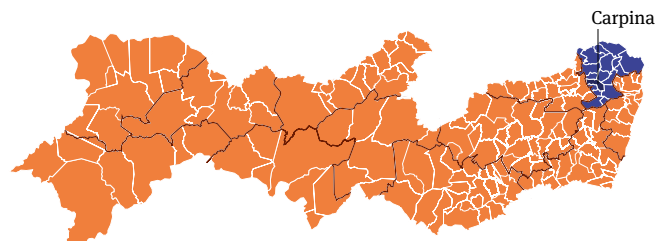
Com relação à educação, segundo o IBGE 2010, o total da população residente não alfabetizada, na faixa etária de 10 a 14 anos, era de 4.433; já entre 15 e 19 anos, era de 2.842. O índice de distorção idade-série no Ensino Fundamental, em 2010, era de 24,60%.⁹

⁷Datasus, 2010.

⁸Datasus, 2010.

⁹Inep, 2010.

Carpina



Localizada na RD Mata Norte, que possui 19 municípios, a cidade de Carpina situa-se na mesorregião da Mata e na microrregião da Mata setentrional do Estado de Pernambuco, distante 60km da capital. Apresenta um clima tropical, uma área de 146,00km² e 72.056 habitantes, sendo que 33% são crianças e adolescentes (IBGE, 2010). Segundo dados do Ipea 2000, possui o IDH de 0,724, ocupando o nono lugar no ranking estadual e a 126^a posição na classificação nacional,¹⁰ com renda per capita de R\$ 171,33. Possui 50,76% da população em estado de pobreza e 22,98% indigentes.¹¹

Segundo o Datasus, 1,53% das mães adolescentes está na faixa etária de 10 a 14 anos e 19,46% entre 15 e 19 anos.¹² Dados do Pnud 2000 apontam que a taxa de mortalidade infantil é de 34,96%. Já o IBGE/Datasus 2000 registra o índice de 70,62% de esperança de vida, com um total de nascidos vivos em 2010 de 1.043.¹³

¹⁰Pnud, 2000.

¹¹Ipea/MDS/IBGE, 2004.

¹²Datasus, 2010.

¹³Datasus, 2010.

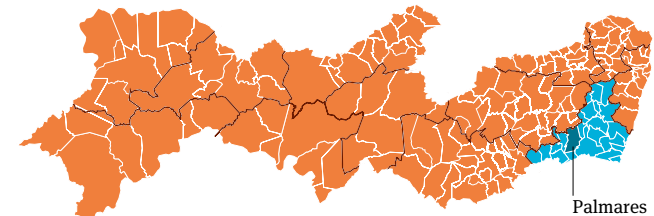
¹⁴ Inep, 2010.

Em relação à educação, segundo o IBGE 2010, o total da população residente não alfabetizada, na faixa etária de 10 a 14 anos, era de 326; já entre 15 e 19 anos, era de 190. O índice de distorção idade-série no Ensino Fundamental, em 2010, era de 23%.¹⁴

Sua taxa de urbanização é de 95,60% e tem densidade demográfica de 414,62 habitantes por km². É uma das principais cidades da Mata Norte, sendo conhecida pelo seu clima ameno. A economia da região está baseada na monocultura da cana-de-açúcar, que emprega grande parte da mão de obra local.

No que concerne às políticas sociais, o município possui uma rede de saúde constituída por dois hospitais com 95 leitos, 12 ambulatorios e 32 agentes comunitários de saúde pública.

Palmares



Localizado na RD Mata Sul, que totaliza 24 municípios, Palmares situa-se na mesorregião da Mata e na microrregião da Mata Meridional do Estado de Pernambuco. Ocupa uma área de 374,6km² e possui uma população de 59.526 habitantes, sendo que 33% são crianças e adolescentes (IBGE, 2010). Segundo dados do Ipea 2000, possui o IDH de 0,653, ocupando o 51º lugar no ranking estadual e a 156ª posição nacional,¹⁶ com renda per capita de R\$ 133,98. Possui 58,03% da população em estado de pobreza e 27,25% indigentes.¹⁷

Segundo o Datasus, 1,02% das mães adolescentes está na faixa etária de 10 a 14 anos e 25,23% entre 15 e 19 anos.¹⁸ Dados do Pnud 2000 apontam que a taxa de mortalidade infantil é de 68,26%. Já o IBGE/Datasus 2000 registra o índice de 62,87% de esperança de vida, com 884¹⁹ nascidos vivos em 2010.

¹⁶ Pnud, 2000.

¹⁷ Ipea/MDS/IBGE, 2004.

¹⁸ Datasus, 2010.

¹⁹ Datasus, 2010.

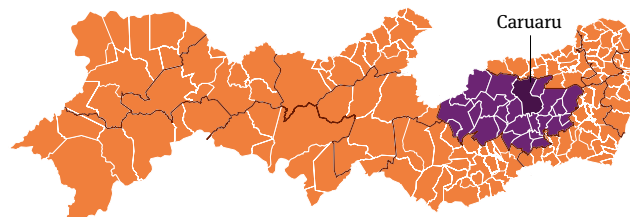
Em relação à educação, segundo o IBGE 2010, o total da população residente não alfabetizada, na faixa etária de 10 a 14 anos, era de 538; já entre 15 e 19 anos, era de 232. O índice de distorção idade-série no Ensino Fundamental, em 2010, era de 28,40%.²⁰

Palmares conta como principal atividade econômica a agroindústria açucareira, embora contenha uma grande variedade de indústrias de transformação. Destaca-se, ainda, pela produção de batata-doce, mandioca, banana, laranja e abacaxi.

No que diz respeito às políticas sociais, o município conta com uma rede de saúde constituída por três hospitais com 332 leitos, 14 ambulatorios e diversos agentes de saúde comunitária.

Possui o setor do comércio em expansão, com 59% da sua população subsistindo do comércio em estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte, destacando-se a usina norte-sul, supermercados e lojas de material de construção, autopeças e confecção. É um município frequentado por compradores de várias cidades. Esses visitantes têm uma participação econômica no comércio de cerca de 40%.

Caruaru



²⁰ Inep, 2010.

Localiza-se na RD Agreste Central, junto com 26 municípios. É a cidade mais populosa do interior do Estado, localizada na região do Agreste. Devido à sua importância regional, também é conhecida como “Capital do Agreste” ou “Princesinha do Agreste”.

Distante 130km do Recife, Caruaru é conhecida nacionalmente pelos festejos juninos, sendo por isso chamada de “capital do forró”. Tem uma população de 314.912 habitantes, dos quais 33% são crianças e adolescentes (IBGE, 2010). Segundo dados do Ipea 2000, possui o IDH de 0,713, ocupando o 22º lugar no ranking estadual e a 129ª posição nacional,²¹ com renda per capita de R\$ 1.209,20. Possui 37,43% da população em estado de pobreza e 14,46% indigentes.²²

²¹ Pnud, 2000.

²² Ipea/MDS/IBGE, 2004.

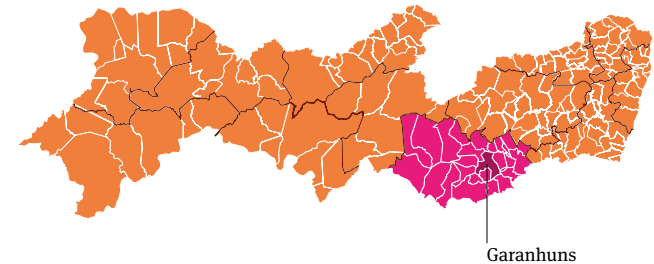
²³ Datasus, 2010.²⁴ Datasus, 2010.²⁵ Inep, 2010.

Segundo o Datasus, 1,19% das mães adolescentes está na faixa etária de 10 a 14 anos e 19,93% entre 15 e 19 anos.²³ Dados do Pnud 2000 apontam que a taxa de mortalidade infantil é de 47,66%. Já o IBGE/Datasus 2000 registra o índice de 67,36% de esperança de vida, com 5.134²⁴ nascidos vivos em 2010.

Em relação à educação, segundo o IBGE 2010, o total da população residente não alfabetizada, na faixa etária de 10 a 14 anos, era de 1.535; já entre 15 e 19 anos, era de 1.152. O índice de distorção idade-série no Ensino Fundamental, em 2010, era de 27,10%.²⁵

O ponto central da economia é o comércio, notadamente as feiras livres de confecções. Ao lado de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, o município é o maior produtor de confecções do Nordeste.

Garanhuns



Localizada na RD Agreste Meridional, junto com 26 municípios, a cidade de Garanhuns situa-se numa região montanhosa do Planalto da Borborema. É também conhecida como a “Suíça Pernambucana”, por causa de seu clima ameno no verão, com temperaturas baixas no inverno, atípico para o resto da região. Outras alcunhas são “Cidade das Flores” ou “Cidade da Garoa”.

Distante 230km da capital pernambucana, sua população é de 129.408 habitantes, sendo que 33% são crianças e adolescentes (IBGE, 2010). Segundo dados do Ipea 2000, o município possui o IDH de 0,693, ocupando o 26º lugar no ranking estadual e a 136ª posição no país,²⁶ com renda per capita de R\$ 167,60. Possui 49,76% da população em estado de pobreza e 23,62% indigentes.²⁷

Segundo o Datasus, 0,79% das mães adolescentes está na faixa etária de 10 a 14 anos e 16,22% entre

²⁶ Pnud, 2000.²⁷ Ipea/MDS/IBGE, 2004.

15 e 19 anos.²⁸ Dados do Pnud 2000 apontam que a taxa de mortalidade infantil é de 54,20%. Já o IBGE/Datasus 2000 registra o índice de 65,84% de esperança de vida, com 2.410²⁹ nascidos vivos em 2010.

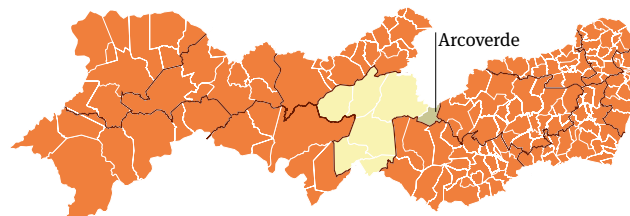
Em relação à educação, segundo o IBGE 2010, o total da população residente não alfabetizada, na faixa etária de 10 a 14 anos, era de 764; já entre 15 e 19 anos, era de 479. O índice de distorção idade-série no Ensino Fundamental, em 2010, era de 29,90%.³⁰

Configura-se como o centro comercial mais diversificado do Agreste Meridional, agregando mais seis municípios e uma população circunvizinha que o procura.

Garanhuns, pelo seu diversificado comércio e oferta de serviços, tem no turismo um importante fator de desenvolvimento, sendo uma soma de história, progresso, folclore, festas e feiras culturais, belezas naturais e convivência harmônica de técnicas artesanais.³¹

No que tange às políticas públicas, é um centro regional de saúde e educação, com diversos hospitais e postos de assistência médica. Possui várias universidades instaladas, entre elas a Universidade de Pernambuco, a Universidade Federal Rural de Pernambuco e a Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns.

Arcoverde



O município está localizado na RD Moxotó, que é composta por sete municípios. Distante 259km da capital, Arcoverde situa-se na mesorregião do Sertão. É considerado a porta de entrada do Sertão pernambucano, com localização estratégica e clima ameno, sendo conhecido por ser o berço de alguns dos mais tradicionais grupos de coco-de-roda do Estado.

Conta com uma área de 353km² e uma população de 68.793 habitantes, sendo 36% crianças e adolescentes (IBGE, 2010). Segundo dados do Ipea 2000, possui o IDH de 0,708, ocupando o 28º lugar no ranking estadual e a 130ª posição no país,³² com renda per capita de R\$ 169,84. Possui 51,67% da população em estado de pobreza e 22% indigentes.³³

Segundo o Datasus, 1,02% das mães adolescentes está na faixa etária de 10 a 14 anos e 22,33%

²⁸ Datasus, 2010.

²⁹ Datasus, 2010.

³⁰ Inep, 2010.

³¹ http://www.garanhuns.pe.gov.br/perfil_cidade.php.

³² Pnud, 2000.

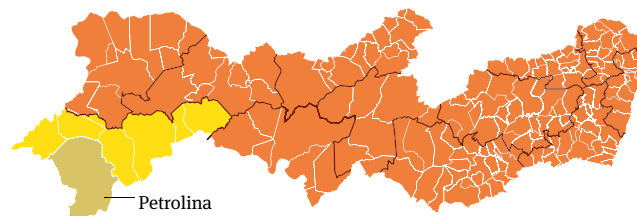
³³ Ipea/MDS/IBGE, 2004.

³⁴ Datasus, 2010.³⁵ Datasus, 2010.³⁶ Inep, 2010.

entre 15 e 19 anos.³⁴ Dados do Pnud 2000 apontam que a taxa de mortalidade infantil é de 43,96%. Já o IBGE/Datasus 2000 registra o índice de 68,26% de esperança de vida, com 1.075³⁵ nascidos vivos em 2010.

Em relação à educação, segundo o IBGE 2010, o total da população residente não alfabetizada, na faixa etária de 10 a 14 anos, era de 409; já entre 15 e 19 anos, era de 313. O índice de distorção idade-série no Ensino Fundamental, em 2010, era de 24,30%.³⁶

Petrolina

³⁷ Pnud, 2000.³⁸ Ipea/MDS/IBGE, 2004.³⁹ Datasus, 2010.⁴⁰ Datasus, 2010.⁴¹ Inep, 2010.

Localiza-se no Sertão central, junto a oito municípios, a 730km da capital pernambucana. Possui a sexta maior economia do Estado, representando 3,37% da riqueza pernambucana. A cidade apresenta um forte crescimento econômico e populacional, atingindo 293.962 habitantes, deste

número cerca de 38% são crianças e adolescentes (IBGE, 2010). De acordo com o Ipea 2000, possui o IDH de 0,747, ocupando o quinto lugar no ranking estadual e a 123ª posição nacional,³⁷ com renda per capita de R\$ 200,91. Possui 40,65% da população em estado de pobreza e 18,02% indigentes.³⁸

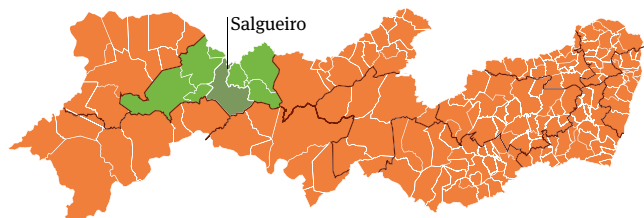
Segundo o Datasus, 1,46% das mães adolescentes está na faixa etária de 10 a 14 anos e 20,13% entre 15 e 19 anos.³⁹ Dados do Pnud 2000 apontam que a taxa de mortalidade infantil é de 35,89%. Já o IBGE/Datasus 2000 registra o índice de 70,36% de esperança de vida, com 5.351⁴⁰ nascidos vivos em 2010.

Em relação à educação, segundo o IBGE 2010, o total da população residente não alfabetizada, na faixa etária de 10 a 14 anos, era de 1.328; já entre 15 e 19 anos, era de 817. O índice de distorção idade-série no Ensino Fundamental, em 2010, era de 26,30%.⁴¹

Em conjunto com o vizinho município de Juazeiro, na Bahia, forma o maior aglomerado urbano do semiárido. Banhado pelo Rio São Francisco, representa, em conjunto com os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento de Petrolina e Juazeiro, o maior exportador de frutas e o segundo maior polo viticultor do Brasil.

Com o melhor índice de saneamento básico do Nordeste, Petrolina conta com 95% de coleta de esgoto e 100% de tratamento do que é coletado.

Salgueiro



Localizado a 518km da capital pernambucana, o município de Salgueiro está situado na RD Sertão Central, integrando um conjunto de oito municípios. Segundo o IBGE 2010, a cidade atingiu uma população de 56.629 habitantes, sendo que 37% são crianças e adolescentes. Segundo dados do Ipea 2000, possui o IDH de 0,708, ocupando o 13º lugar no ranking estadual e a 131ª posição no país,⁴² com renda per capita de R\$ 141,60. Possui 55,61% da população em estado de pobreza e 27,87% indigentes.⁴³

Segundo o Datasus, 1,12% das mães adolescentes está na faixa etária de 10 a 14 anos e 19,38% entre 15 e 19 anos.⁴⁴ Dados do Pnud 2000 apontam que a taxa de mortalidade infantil é de 38,44%. Já o IBGE/Datasus 2000 registra o índice de 69,68% de esperança de vida, com 1.068⁴⁵ nascidos vivos em 2010.

Em relação à educação, segundo o IBGE 2010, o total da população residente não alfabetizada, na faixa etária de 10 a 14 anos, era de 284; já entre 15 e 19 anos, era de 117. O índice de distorção idade-série no Ensino Fundamental, em 2010, era de 25,50%.⁴⁶

Tem como atividades econômicas predominantes a agricultura e o comércio varejista. O artesanato também tem impulsionado o desenvolvimento econômico do município, que apresenta o sétimo maior PIB do Sertão de Pernambuco e, nos últimos tempos, tem recebido vários investimentos devido às obras da transposição do Rio São Francisco e da Transnordestina.

⁴² Pnud, 2000.

⁴³ Ipea/MDS/IBGE, 2004.

⁴⁴ Datasus, 2010.

⁴⁵ Datasus, 2010.

⁴⁶ Inep, 2010.

1.3 Universo da amostra

A pesquisa priorizou realizar a análise de situação por intermédio da percepção de profissionais que atuam na implementação de políticas sociais, dentre os quais gestores (sujeitos envolvidos na gestão e elaboração das políticas municipais para a infância e adolescência), técnicos das instituições governamentais que compõem a rede de proteção da criança e do

adolescente em situação de violência sexual (pessoas que operacionalizam ações de programas, projetos e serviços oferecidos pela rede), conselheiros tutelares, promotores de justiça, juízes da infância e juventude, delegados e usuários responsáveis pela proteção de crianças e adolescentes em situação de violência, conforme gráfico a seguir.

Quadro 3:
Sujeitos da pesquisa

Municípios	TÉCNICOS DE SECRETARIAS MUNICIPAIS					GESTORES				CT (2)	Usuário
	DH (1)	Saúde	Educação	Assist. Social	TJ/MP/Polícia	Secretário	Delegado	Juiz	Promotor		
Recife	1	-	1	1	3	6	1	1	-	1	4
Carpina	-	1	1	1	1	3	1	1	1	1	-
Palmares	-	1	-	-	1	3	-	1	-	1	-
Caruaru	-	1	-	1	2	3	1	1	1	-	-
Garanhuns	1	-	-	1	1	3	1	-	-	1	-
Salgueiro	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
Arcoverde	-	1	-	1	-	2	-	1	-	-	-
Petrolina	1	1	1	1	1	4	1	1	1	2	1
Total	03	05	03	06	09	24	06	06	03	07	05

Legenda:

(1) DH - Direitos Humanos
(2) CT - Conselho Tutelar

A escolha dessas categorias objetivou garantir a representação e a participação dos diversos segmentos envolvidos na rede de atenção às crianças e aos adolescentes que participassem da pesquisa, visando uma “aproximação junto ao fenômeno estudado”. Desta forma, o critério de escolha dos sujeitos se deu por meio da intencionalidade, diante da posição estratégica que eles ocupam frente à gestão e operacionalização da política da criança e do adolescente dos municípios-polo. Os usuários (responsáveis, crianças e adolescentes em situação de violência sexual) foram selecionados por indicação dos Conselhos Tutelares dos municípios envolvidos na pesquisa.

1.4 Instrumentos, técnicas e procedimentos da coleta de dados

O instrumento de coleta de dados utilizado para registro da percepção dos atores do Sistema de Garantia de Direitos foi um questionário semiestruturado (Apêndice I). O questionário semiestruturado tinha o objetivo de elucidar e explicar questões relacionais por meio de perguntas fechadas e abertas sobre a constituição da rede de proteção da criança e do adolescente em situação de violência sexual, contemplando questões acer-

ca da existência ou não da política de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de violência, bem como sobre a forma como vêm sendo operacionalizados programas, projetos e serviços dessa política nos municípios-polo do estado de Pernambuco.

Para a realização das entrevistas, foi feito um contato com a Vara da Infância, as promotorias, as delegacias, os Conselhos Tutelares, as secretarias municipais com interface na área da infância e familiares usuários da rede de atendimento.

A equipe de entrevistadores foi composta por dois técnicos qualificados para uma abordagem adequada dos sujeitos da pesquisa, ambos com experiências prévias em pesquisa de campo.

Ao todo, foram realizadas 72 entrevistas em oito Regiões de Desenvolvimento (RDs), entre elas Recife, Carpina, Caruaru, Palmares, Petrolina, Garanhuns, Salgueiro e Arcoverde. O campo de pesquisa foi bastante diversificado por conta da complexidade das regiões. Para favorecer a análise, como descrito no item “Tipo de estudo”, as questões foram organizadas em três categorias: proposição e gestão da política; territorialidade e abrangência; e articulação/operacionalização.

Dentre os entrevistados, o maior percentual foi representado pelos gestores (52,8%). Os técnicos das instituições ligadas à Rede de Proteção da Criança e do Adolescente em Situação de Violência Sexual vieram em segundo lugar (47,2%). A distribuição dos gestores entrevistados pelas RDs foi homogênea. Já em relação aos técnicos, verificou-se o predomínio de profissionais dos municípios de Recife e Petrolina. Os técnicos do município de Salgueiro foram os menos representados na amostra, em razão da não disponibilidade de alguns profissionais, mesmo com agendamento prévio (Tabela 1).

Tabela 1:
Distribuição dos sujeitos
da pesquisa conforme
cargo ocupado e por RDs
(2012).

Cidade Pólo	Gestores	Técnicos
Recife	5	7
Linha %	41,7	58,3
Coluna %	13,2	20,6
Carpina	6	5
Linha %	54,5	45,5
Coluna %	15,8	14,7
Caruaru	6	4
Linha %	60	40
Coluna %	15,8	11,8
Palmares	4	3
Linha %	57,1	42,9
Coluna %	10,5	8,8
Petrolina	7	7
Linha %	50	50
Coluna %	18,4	20,6
Garanhuns	5	3
Linha %	62,5	37,5
Coluna %	13,2	8,8
Salgueiro	2	3
Linha %	40	60
Coluna %	5,3	8,8
Arcoverde	3	2
Linha %	60	40
Coluna %	7,9	5,9
TOTAL	38	34
Linha %	52,9	47,2
Coluna %	100	100

As instituições que obtiveram os maiores percentuais em relação ao número de entrevistas foram as secretarias de política de assistência social (22,2%) e saúde (18,1%), o Judiciário (15,3%) e as delegacias (12,5%). Cada setor corroborou com o seu papel diante dos casos de violência (Tabela 2).

Cidade Pólo	Saúde	Judiciário	Educação	Conselho Tutelar	DH	PAS	Promotoria	Delegacia
Recife	1	2	0	1	2	3	1	2
Linha %	8,3	16,7	0	8,3	16,7	25	8,3	16,7
Coluna %	7,7	18,2	0	14,3	40	18,8	16,7	22,2
Carpina	2	2	2	1	0	2	1	1
Linha %	18,2	18,2	18,2	9,1	0	18,2	9,1	9,1
Coluna %	15,4	18,2	40	14,3	0	12,5	16,7	11,1
Caruaru	2	2	1	0	0	2	1	2
Linha %	20	20	10	0	0	20	10	20
Coluna %	15,4	18,2	20	0	0	12,5	16,7	22,2
Palmares	3	2	1	1	0	0	0	0
Linha %	42,9	28,6	14,3	14,3	0	0	0	0
Coluna %	23,1	18,2	20	14,3	0	0	0	0
Petrolina	2	2	1	2	1	3	1	2
Linha %	14,3	14,3	7,1	14,3	7,1	21,4	7,1	14,3
Coluna %	15,4	18,2	20	28,6	20	18,8	16,7	22,2
Garanhuns	0	0	0	1	2	2	0	1
Linha %	0	0	0	12,5	25	25	0	20
Coluna %	0	0	0	14,3	40	12,5	0	11,1
Salgueiro	1	0	0	1	0	2	0	1
Linha %	20	0	0	20	0	40	0	20
Coluna %	7,7	0	0	14,3	0	12,5	0	11,1
Arcoverde	2	1	0	0	0	2	0	0
Linha %	40	20	0	0	0	40	0	0
Coluna %	15,4	9,1	0	0	0	12,5	0	0
TOTAL	13	11	5	7	5	16	5	9
Linha %	18,1	15,3	6,9	9,7	6,9	22,2	8,3	12,5
Coluna %	100	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 2:
Número e percentual de entrevistas realizadas nas instituições envolvidas com a temática por RDs (2012).

1.5 Aspectos éticos e legais

Este projeto foi submetido ao Comitê de Ética do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (CPqAM)/Fiocruz/PE sob o FR 432605. Os participantes da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo um para os gestores e técnicos e outro para os responsáveis pelas crianças e adolescentes (Apêndice), respeitando-se a livre participação, com liberdade para desistência em qualquer fase da pesquisa, bem como foi resguardado o direito de não responder sem qualquer problema para os sujeitos da pesquisa. Foram garantidos total sigilo e anonimato das respostas. A assinatura do Termo de Consentimento realizou-se em duas vias, sendo que uma ficou com o entrevistado e outra com a pesquisadora, para arquivo da organização responsável pela pesquisa.

1.6 Hipóteses de trabalho

- Insuficiência de diagnóstico/mapeamento situacional da violência sexual contra crianças e adolescentes, influenciando na dificuldade da temática entrar na agenda de prioridades do município.
- Os municípios-polo das oito Regiões de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco não conseguem realizar o fluxo de atendimento integral às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual, dificultado pela não integração entre os eixos da promoção, defesa e controle social que constituem o Sistema de Garantia de Direitos.
- A falta de maior compromisso político dos gestores e agentes sociais no interior da Rede de Proteção dificulta a proteção integral de crianças e adolescentes nesses municípios-polo e, desta forma, aponta para a importância do fortalecimento da esfera pública por parte das agências de cooperação, inviabilizando, inclusive, a aplicação do instrumental de coleta de dados da pesquisa.
- Os profissionais atuam nos serviços dos CRE-AS com demanda superior à capacidade de atendimento, dificultando o acompanhamento especializado às crianças e adolescentes em situação de violência sexual.
- Desconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por parte dos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, dificultando o processo de reordenamento institucional e o trabalho em rede.

1.7 Análise e interpretação dos dados

Os dados foram coletados em protocolos elaborados para a condução da pesquisa. A partir do questionário, gerou-se um banco de dados no Epi Info Windows (versão 3.4.3). Os softwares utilizados para análise estatística dos dados são do Epi Info Windows (versão 3.4.3) e do SPSS 13.0.

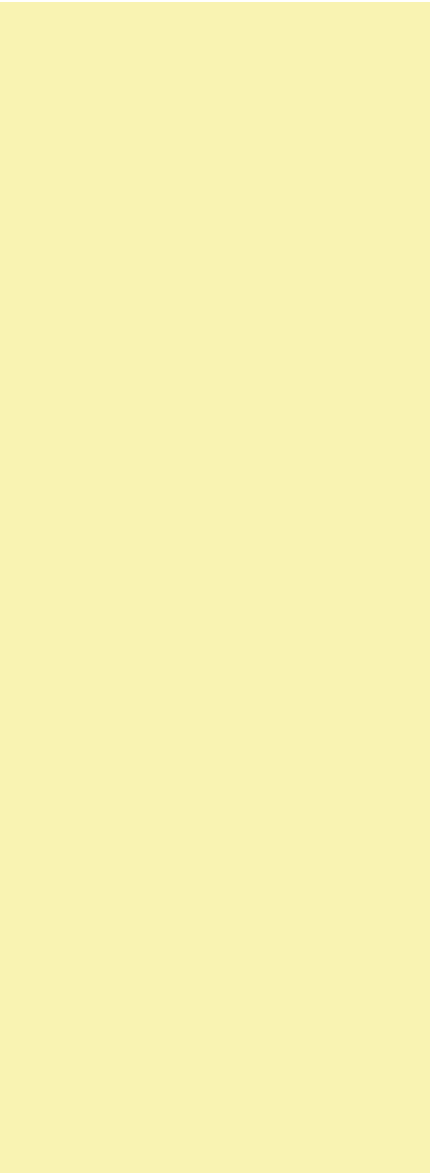
Após os dados sistematizados, foi realizada uma análise descritiva das variáveis em questão, através da distribuição de frequências da variável de interesse e das variáveis independentes. Os resultados estão apresentados em quadros, tabelas e gráficos.

A constituição da base empírica da pesquisa ocorreu, inicialmente, num enfoque quantitativo, a partir da realização de um levantamento direto de dados com gerentes e técnicos das Secretarias e da Justiça envolvidos na atenção às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual nas oito regionais do estado de Pernambuco. A análise da investigação pautou-se nos princípios da triangulação de métodos voltados para:

- combinação e cruzamento de múltiplos pontos de vista;
- tarefa conjunta de pesquisadores com formação diferenciada;
- visão de vários informantes;
- emprego de técnicas de coleta de dados que acompanham o trabalho de investigação.

“Seu uso, na prática, permite interação, crítica intersubjetiva e comparação.”

(Denzin, 1973; Minayo & Sanchez, 1993;
Minayo & Cruz Neto, 1999).





2. Resultados

2.1 Proposição e gestão da política

Embora não seja a intenção da pesquisa transformar a realidade das regiões estudadas em um só cenário — e muito menos tomá-las como representativas de todo o estado, devido às diversidades e peculiaridades de cada uma, o esforço comparativo entre elas sinaliza um grande desafio para as políticas e os programas de enfrentamento da violência sexual em Pernambuco.

Quanto às dificuldades e limitações, as cidades que se apresentaram mais estruturadas para o enfrentamento da violência sexual, do ponto de vista de políticas, programas e estruturas de governança, foram Recife e Salgueiro, muito embora ainda compartilhem com as demais o fato de programas e serviços serem insuficientes para o atendimento da demanda cotidiana e reprimida dos municípios.

Entre os desafios apresentados, elenca-se a elaboração de diagnósticos e planos de ação nas regiões de Carpina, Caruaru, Palmares, Garanhuns, Arcoverde e Petrolina, além da estruturação das redes de atendimento nos municípios de Caruaru, Arcoverde e Petrolina, com o fortalecimento da rede nas demais regiões.

Chamou atenção a falta de consenso entre os respondentes sobre informações básicas como a existência ou não de Conselhos de Direitos no município, bem como de diagnósticos e planos de ação, entre outras variáveis.

Despertaram atenção também a falta de conhecimento de muitos participantes sobre a existência ou não de itens essenciais para o enfrentamento da violência sexual, tais como centro de referência, política ou coordenação de ações de prevenção a acidentes e de atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de violência, além de recursos para o financiamento das ações de enfrentamento da violência sexual.

Por fim, chama atenção a incipiência das ações de monitoramento e avaliação, mesmo naqueles municípios onde estas são declaradas existentes.

2.1.1 A existência dos Conselhos de Direitos

Pelas declarações dos profissionais participantes da pesquisa, todos os municípios-polo das oito Regiões de Desenvolvimento possuem seus Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, concretizando o que está estabe-



lecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que previu a existência dos Conselhos de Direitos como uma das diretrizes da política de promoção, proteção e defesa de direitos.

Vale ressaltar que, desde 2003, o Estado de Pernambuco universalizou a implantação dos Conselhos de Direitos. Neste sentido, como resultado de uma força-tarefa desenvolvida pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) e pelo Ministério Público, todos os 184 municípios pernambucanos criaram seus Conselhos.

Chama atenção, contudo, que um dos respondentes do município de Palmares, contradizendo seus pares, respondeu negativamente sobre a existência do Conselho de Direitos. Além disso, outros dois participantes da pesquisa - um de Carpina e outro de Caruaru - não souberam informar sobre a existência ou não de Conselhos de Direitos nos seus municípios.

Pelo menos duas alternativas explicativas podem constituir hipóteses para futuras pesquisas: a) quando o profissional for recém-chegado na área de políticas para a infância e adolescência; b) quando a visibilidade dos Conselhos de Direitos não for suficiente para que tais órgãos colegiados

se sintam reconhecidos por todos os segmentos da população do município.

Considerando a existência de um percentual significativo de Conselhos de Direitos já implantados, mas que não possuem um funcionamento ativo e pleno, a realização de pesquisas de base mais qualitativa teria o potencial de oferecer dados mais precisos sobre o status de funcionamento desses Conselhos de Direitos.

2.1.2 Conhecimento das diretrizes e linhas de ação da Política de Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente prevista no ECA

O fato da maioria dos profissionais participantes da pesquisa ter declarado conhecer as prerrogativas estabelecidas do ECA para a Política de Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente significa que a cultura de direitos e as mudanças na forma de gerir as políticas públicas para a infância e adolescência vêm ganhando a consciência de gestores e operadores do Sistema de Garantia de Direitos.

Contudo, o fato de quase metade dos respondentes de Carpina (45,5%) e de 10% dos profissionais de Caruaru haverem declarado não conhecer as diretrizes e linhas dessa política deve ser um sinal de alerta para evitar generalizações indevidas sobre o conhecimento do que é proposto pelo ECA e reiterar o desafio permanente da construção da cidadania de crianças e adolescentes.

É forçoso lembrar que, a cada dia, novos profissionais assumem cargos nos mandatos da administração pública. Muitos dos ocupantes desses cargos são indicações políticas que ignoram os princípios da seleção por mérito. E muitos desses profissionais chegam a esses postos sem conhecimento das garantias de direitos asseguradas em lei para crianças e adolescentes e sem participar de qualquer capacitação prévia na área.

A diferença entre os profissionais conhecerem essas especificidades da Política de Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente e os seus municípios haverem formulado suas políticas de proteção integral é bastante grande.

O fato dos entrevistados (47,2%) relatarem não possuir conhecimento de dados, números ou estudos que indicassem as prioridades dessas Regiões de Desenvolvimento pode ser um indica-

dor da falta dessas políticas em alguns dos municípios. Os índices de respostas negativas foram particularmente altos para os participantes dos municípios de Carpina (81,8%), Caruaru (50%), Garanhuns (62,5%) e Arcoverde (60%). As melhores performances estiveram por conta de Recife (75%) e Salgueiro (80%).

Outros desafios que as demais etapas desta pesquisa (ou mesmo de futuras pesquisas) podem tomar para si correspondem à tarefa de investigar qualitativamente o status de implementação das políticas para a infância nas Regiões de Desenvolvimento estudadas.

No que diz respeito ao conhecimento da política de proteção e assistência integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), gestores e técnicos entrevistados relataram, em sua maioria (91,7%), que conheciam a política. Apenas em Carpina e Caruaru houve a informação de que não se conhecia (8,3%). Vale ressaltar que, na época das entrevistas, Caruaru estava passando por uma transição de cargos (Tabela 3).

Cidade Pólo	Sim	Não
Recife	12	0
Linha %	100	0
Coluna %	18,2	0
Carpina	6	5
Linha %	54,5	45,5
Coluna %	9,1	83,3
Caruaru	9	1
Linha %	90	10
Coluna %	13,6	16,7
Palmares	7	0
Linha %	100	0
Coluna %	10,6	0
Petrolina	14	0
Linha %	100	0
Coluna %	21,2	0
Garanhuns	8	0
Linha %	100	0
Coluna %	12,1	0
Salgueiro	5	0
Linha %	100	0
Coluna %	7,6	0
Arcoverde	5	0
Linha %	100	0
Coluna %	7,6	0
TOTAL	66	6
Linha %	91,7	8,3
Coluna %	100	100

Tabela 3:
Distribuição do conhecimento
das políticas de proteção de
assistência integral prevista no
ECA por RDs (2012).

2.1.3 Análise da situação sobre violência sexual

A análise da situação oferece insumos para a formulação de diretrizes de uma política e a definição de metas de um plano. A contar pelas tendências majoritárias das respostas dos participantes, apenas os municípios de Recife (66,7%) e Salgueiro (80,0%) possuem um diagnóstico/mapeamento situacional da violência sexual contra crianças e adolescentes. Os entrevistados de Carpina (54,5%), Palmares (57,1%) e Arcoverde (60%) afirmaram que suas RDs não possuem tal instrumento; já em Caruaru (50%) e Petrolina (57,1%), eles declararam não saber se os municípios que compõem a RD possuem ou não esse mapeamento situacional. No caso de Garanhuns, as opiniões ficaram divididas entre as categorias “não possui” (42,9%) e “não sabe” (42,9%) se os municípios possuem.

Deve ser motivo de preocupação o fato da maioria dos participantes de três RDs (Carpina, Palmares e Arcoverde) ter afirmado que estas regiões não possuem uma análise de situação sobre as ocorrências de violência sexual, como também o fato da maioria dos participantes de três outras Regiões de Desenvolvimento (Caruaru, Garanhuns e Petrolina) haver declarado não saber se suas RDs possuem ou não esse mapeamento situacional.

Em relação ao conhecimento da existência de dados, números ou estudos que apontassem essas prioridades nas RDs em se tratando dessa política, 47,2% dos entrevistados relataram que não possuíam conhecimento, 41,7% afirmaram ter conhecimento e que a RD possuía esses dados, e apenas 11,1% responderam não saber da existência dos mesmos. Chama-se atenção para o município de Carpina com nove respostas negativas (Tabela 4).

Tabela 4 :
Distribuição da existência de
dados, estudos que apontem
prioridades da Política por RDs
(2012).

Cidade Pólo	Sim	Não	Não Sabe
Recife	9	3	0
Linha %	75	25	0
Coluna %	30	8,8	0
Carpina	1	9	1
Linha %	9,1	81,8	9,1
Coluna %	3,3	26,5	12,5
Caruaru	4	5	1
Linha %	40	50	10
Coluna %	13,3	14,7	12,5
Palmares	2	2	3
Linha %	28,6	28,6	42,9
Coluna %	6,7	5,9	37,5
Petrolina	6	6	2
Linha %	42,9	42,9	14,3
Coluna %	20	17,6	25
Garanhuns	2	5	1
Linha %	25	62,5	12,5
Coluna %	6,7	14,7	12,5
Salgueiro	4	1	0
Linha %	80	20	0
Coluna %	13,3	2,9	0
Arcoverde	2	3	0
Linha %	40	60	0
Coluna %	6,7	8,8	0
TOTAL	30	34	8
Linha %	41,7	47,2	11,1
Coluna %	100	100	100

Quando perguntado se havia nas RDs um diagnóstico/mapeamento situacional da violência sexual contra crianças e adolescentes, 36,6% dos entrevistados afirmaram que sim, 36,6% disseram que não e 26,8% responderam que não sabiam. Petrolina pontuou com o maior percentual de 57,1. (Tabela 5).

Tabela 5:
Número e percentual da
existência de diagnóstico/
mapeamento situacional da
violência sexual por RDs (2012).

Cidade Pólo	Sim	Não	Não Sabe
Recife	8	4	0
Linha %	66,7	33,3	0
Coluna %	30,8	15,4	0
Carpina	3	6	2
Linha %	27,3	54,5	18,2
Coluna %	11,5	23,1	10,5
Caruaru	2	3	5
Linha %	20	30	50
Coluna %	7,7	11,5	26,3
Palmares	2	4	1
Linha %	28,6	57,1	14,3
Coluna %	7,7	15,4	5,3
Petrolina	4	2	8
Linha %	28,6	14,3	57,1
Coluna %	15,4	7,7	42,1
Garanhuns	1	3	3
Linha %	14,3	42,9	42,9
Coluna %	3,8	11,5	15,8
Salgueiro	4	1	0
Linha %	80	20	0
Coluna %	15,4	3,8	0
Arcoverde	2	3	0
Linha %	40	60	0
Coluna %	7,7	11,5	0
TOTAL	26	26	19
Linha %	36,6	36,6	26,8
Coluna %	100	100	100

2.2 Territorialidade e abrangência

Sobre a existência de planos de enfrentamento da violência sexual, consideradas as tendências majoritárias dos respondentes, pode-se afirmar que as regiões de Recife, Garanhuns e Salgueiro possuem seus planos, onde 100%, 50% e 60% dos participantes de cada região, respectivamente, responderam afirmativamente à questão perguntada. A maioria dos participantes das regiões de Carpina (45,5%), Palmares (57,1%) e Arcoverde (80%) foi taxativa quanto à inexistência de planos em suas RDs. No caso de Caruaru e Petrolina, os percentuais dos que declararam não possuir (45,5% e 14,3%) ou não saber (18,2% e 33,3%) são superiores em relação aos que responderam positivamente à questão (36,4% e 42,9%).

Pela informação dos participantes, as RDs de Recife e Salgueiro foram as que mais rapidamente se adequaram à proposta do Plano Decenal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, uma vez que possuem análise da situação e plano de ação para o enfrentamento da violência sexual.

Embora a maioria dos entrevistados de Garanhuns tenha informado não saber se a região possuía ou não um diagnóstico, a maioria tam-

bém declarou que a região possui um plano de ação. Tais informações abrem duas possibilidades de interpretação: a primeira consiste na existência de uma análise da situação incorporada ao documento do plano de ação; já a segunda no fato de que a elaboração do plano de ação não foi embasada numa análise da situação formalmente documentada.

Já as RDs de Carpina, Palmares e Arcoverde, por haverem declarado não possuir análise de situação e Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, encontram-se mais distantes dessa consonância com o plano decenal estadual.

As informações dos participantes de Caruaru e Petrolina não permitem saber se suas regiões possuem ou não diagnósticos e planos de ação, na medida em que mais da metade dos participantes dessas regiões informou não saber se as RDs possuem ou não um diagnóstico formalmente elaborado. Já em termos de plano de ação, quase metade deles afirmou possuir.

Ao que tudo indica, nas RDs cujos participantes declararam haver elaborado seus planos de ação, houve uma ampla articulação entre os vários órgãos nesse processo de elaboração, na medida

em que foram eles os gestores das políticas de assistência social, educação, saúde e direitos humanos que mais se envolveram na elaboração do Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Em relação à existência de um Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes nas RDs, 48,6% dos entrevistados responderam que sim, 26,4% que não e 25% que não sabiam (Tabela 6).

Tabela 6:
Distribuição da existência de
um plano de enfrentamento
da Violência por RDs (2012).

Cidade Pólo	Sim	Não	Não Sabe
Recife	12	0	0
Linha %	100	0	0
Coluna %	34,3	0	0
Carpina	4	5	2
Linha %	36,4	45,5	18,2
Coluna %	11,4	26,3	11,1
Caruaru	4	3	3
Linha %	40	30	30
Coluna %	11,4	15,8	16,7
Palmares	1	4	2
Linha %	14,3	57,1	28,6
Coluna %	2,9	21,1	11,1
Petrolina	6	2	6
Linha %	42,9	14,3	42,9
Coluna %	17,1	10,5	33,3
Garanhuns	4	1	3
Linha %	50	12,5	37,5
Coluna %	11,4	5,3	16,7
Salgueiro	3	0	2
Linha %	60	0	40
Coluna %	8,6	0	11,1
Arcoverde	1	4	0
Linha %	20	80	0
Coluna %	2,9	21,1	0
TOTAL	35	19	18
Linha %	48,6	26,4	25
Coluna %	100	100	100

2.2.1 A implementação de ações de enfrentamento da violência

A existência de canais de denúncia em pelo menos quatro das oito RDs (Recife, Carpina, Caruaru e Salgueiro) é um bom indicativo da disposição dos municípios no sentido de oferecer mecanismos de proteção para suas crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

Preocupa o fato dos participantes de Arcoverde declararem a inexistência de tais canais de denúncia nos municípios da região. Também é preocupante que a totalidade dos participantes de Garanhuns e Petrolina tenha declarado não saber se os municípios possuem ou não tais mecanismos. No caso de Palmares, um terço dos participantes declarou que o município possui tais canais de denúncia, enquanto outro terço afirma que não possui tais instrumentos. O restante declara não saber informar.

Pelos dados obtidos, a maioria dos municípios utiliza os canais de denúncia nacionalmente instituídos, tais como o Disque Direitos Humanos 100 - o mais citado, seguido Sistema de Informação para Infância e Adolescência (Sipia), por meio dos Conselhos Tutelares e também o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), como serviço

de saúde. Chama atenção o fato de delegacias de polícia e delegacias especializadas da criança e do adolescente não terem também sido mencionadas como canais locais de denúncia.

Exceto por Recife, a maioria das RDs não possui um núcleo, política ou coordenação de prevenção a acidentes e à violência. Os entrevistados de Palmares (57,1%) e Arcoverde (60%) foram mais taxativos sobre a inexistência de tal mecanismo de gestão, embora pouco menos da metade dos participantes de Carpina (45,5%) e Garanhuns (42,9%) tenha também declarado que seus municípios não possuem tal órgão. A grande maioria dos participantes de Carpina (54,5%), Caruaru (66,7%), Garanhuns (57,1%), Salgueiro (80%) e Petrolina (76,9%) declarou não saber se suas regiões possuem ou não essa estrutura de gestão.

O trabalho em rede vem sendo adotado como forma de gestão mais horizontal e democrática, que possibilita a intersectorialidade das políticas públicas. Para a maioria dos entrevistados das Regiões de Desenvolvimento de Recife (58,3%), Carpina (54,5), Palmares (85,7%), Garanhuns (62,5%) e Salgueiro (80%), as instituições e organizações não governamentais vêm trabalhando em rede para a prestação de serviços às crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

Porém, chama atenção também o fato de que foram significativamente altos os percentuais dos profissionais das regiões de Recife (41,7%) e Carpina (45,5%), que admitiram ainda não estarem trabalhando em rede nesses municípios. Na mesma direção, a maioria dos participantes de Caruaru (60%) e Arcoverde (60%) afirmou que não está trabalhando sob esta modalidade. Já os participantes de Petrolina tiveram opiniões divididas sobre o tema: 50% afirmaram operar na forma de rede e 50% declararam não estar trabalhando articuladamente.

Tendo informado a existência ou não de redes em seus municípios, a maioria dos entrevistados de todas as RDs declarou que havia um fluxo da assistência estruturado para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes em seus municípios: Recife (100%), Carpina (81,8%), Caruaru (80%), Palmares (85,7%), Garanhuns (83,3%), Salgueiro (100%), Arcoverde (100%) e Petrolina (92,3%).

Os equipamentos mais presentes nos vários municípios para atenção às crianças e aos adolescentes são: CREAS, CRAS, Conselho Tutelar, Casa de Acolhida, Serviço de Referência em Saúde, CAPS, Cerca/Sentinela e GPCA. Chama atenção a supremacia de programas e serviços articulados

com o Sistema Único de Assistência Social e Saúde (SUAS) e outros programas do governo federal como o Escola que Protege.

A princípio, esse fato pode significar que os Sistemas Únicos estão ganhando uma capilaridade cada vez maior, o que é altamente desejável. Contudo, este dado pode se tornar objeto de pesquisa de caráter mais qualitativa, a fim de avaliar se existe mera desconcentração de programas e serviços ou se trata de descentralização acompanhada de cofinanciamento e mecanismos de participação social que assegurem a municipalização desses serviços. Por sua vez, o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (Pair), do governo federal, não foi mencionado.

Contudo, os serviços existentes nos municípios não atendem à demanda do enfrentamento da violência sexual, na opinião da maioria dos participantes de todas as Regiões de Desenvolvimento: Recife (75%), Carpina (54,5%), Caruaru (70%), Palmares (57,1%), Garanhuns (87,5%), Salgueiro (80%), Arcoverde (80%) e Petrolina (76,9%). Os níveis daqueles participantes que expressaram que os serviços são suficientes foram bastante baixos em todas as regiões, ex-

ceto Carpina (45,5%) e Palmares (42,9%), onde esta opinião foi registrada por quase metade dos participantes.

Além disso, a grande maioria dos entrevistados - Recife (91,7%), Carpina (72,7%), Caruaru (80%), Palmares (71,4%), Garanhuns (100%), Salgueiro (100%), Arcoverde (100%) e Petrolina (76,9%) - afirmou que existe uma demanda reprimida. Considerando que a maioria dessas Regiões de Desenvolvimento não elabora formalmente seus diagnósticos, o conhecimento dessa demanda reprimida deve estar sendo auscultado por intermédio da experiência de trabalho em programas e serviços; ou mesmo pelo contato com esses programas e serviços; ou ainda por meio de outros mecanismos informais como eventos, conferências etc.

A maioria dos municípios, com exceção de Palmares, vem buscando desenvolver ações de mobilização da sociedade, dos gestores e dos operadores do Sistema de Garantia de Direitos para o enfrentamento da violência sexual. É o que declaram os profissionais entrevistados de Recife (83,3%), Carpina (66,7%), Caruaru (60%), Garanhuns (87,5%), Salgueiro (80%), Arcoverde (60%) e Petrolina (85,7%). Os tipos de ações mais desenvolvidas em todos os municípios foram

campanhas, reuniões de articulação e parcerias. Considerando este tipo de atividade como de caráter mais eventual, a questão que se coloca é se essa mobilização da sociedade e dos diversos atores está contribuindo para a estruturação da rede de serviços e também das formas organizativas mais permanentes da sociedade civil.

Cidade Pólo	Sim	Não	Não Sabe
Recife	10	2	0
Linha %	83,3	16,7	0
Coluna %	20	18,2	0
Carpina	6	3	0
Linha %	66,7	33,3	0
Coluna %	12	27,3	0
Caruaru	6	1	3
Linha %	60	10	30
Coluna %	12	9,1	37,5
Palmares	2	3	1
Linha %	33,3	50	16,7
Coluna %	4	27,3	12,5
Petrolina	12	0	2
Linha %	85,7	0	14,3
Coluna %	24	0	25
Garanhuns	7	1	0
Linha %	87,5	12,5	0
Coluna %	14	9,1	0
Salgueiro	4	0	1
Linha %	80	0	20
Coluna %	8	0	12,5
Arcoverde	3	1	1
Linha %	60	20	20
Coluna %	6	9,1	12,5
TOTAL	50	11	8
Linha %	72,5	15,9	11,6
Coluna %	100	100	100

Tabela 8: Distribuição das ações desenvolvidas para o enfrentamento da violência sexual por RDs (2012).

Cidade Pólo	Campanhas		Seminários		Capacitações		Reuniões		Parcerias		Outros	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Recife	8	4	1	11	1	11	5	7	5	7	5	7
Linha %	66,7	33,3	8,3	91,7	8,3	91,7	41,7	58,3	41,7	58,3	41,7	58,3
Coluna %	17,8	14,8	50	15,7	100	15,5	23,8	13,7	27,8	13	20	14,9
Carpina	5	6	0	11	0	11	0	11	2	9	6	5
Linha %	45,5	54,5	0	100	0	100	0	100	18,2	81,8	54,5	45,5
Coluna %	11,1	22,2	0	15,7	0	15,5	0	21,6	11,1	16,7	24	10,6
Caruaru	5	5	1	9	0	10	2	8	0	10	3	7
Linha %	50	50	10	90	0	100	20	80	0	100	30	70
Coluna %	11,1	18,5	50	12,9	0	14,1	9,5	15,7	0	18,5	12	14,9
Palmares	2	5	0	7	0	7	1	6	2	5	1	6
Linha %	28,6	71,4	0	100	0	100	14,3	85,7	28,6	71,4	14,3	85,7
Coluna %	4,4	18,5	0	10	0	9,9	4,8	11,8	11,1	9,3	4	12,8
Petrolina	11	3	0	14	0	14	6	8	2	12	3	11
Linha %	78,6	21,4	0	100	0	100	42,9	57,1	14,3	85,7	21,4	78,6
Coluna %	24,4	11,1	0	20	0	19,7	18,6	15,7	11,1	22,2	12	23,4
Garanhuns	7	1	0	8	0	8	4	4	5	3	2	6
Linha %	87,5	12,5	0	100	0	100	50	50	62,5	37,5	25	75
Coluna %	15,6	3,7	0	11,4	0	11,3	19	7,8	27,8	5,6	8	12,8
Salgueiro	5	0	0	5	0	5	2	3	2	3	3	2
Linha %	100	0	0	100	0	100	40	60	40	60	60	40
Coluna %	11,1	0	0	7,1	0	7	9,5	5,9	11,1	5,6	12	4,3
Arcoverde	2	3	0	5	0	5	1	4	0	5	2	3
Linha %	40	60	0	100	0	100	20	80	0	100	40	60
Coluna %	4,4	11,1	0	7,1	0	7	4,8	7,8	0	9,3	8	6,4
TOTAL	45	27	2	70	1	71	21	51	18	54	25	47
Linha %	62,5	37,5	2,8	97,2	1,4	98,6	29,2	70,8	25	75	34,7	65,3
Coluna %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 9:
Distribuição das ações desenvolvidas para enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente por RDs (2012).

2.2.2 Financiamento

A maioria dos entrevistados de Recife (83,2%), Caruaru (50%), Garanhuns (50%), Salgueiro (100%) e Petrolina (64%) afirmou que, em seus municípios, havia recursos financeiros destinados à política de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Já os representantes de Palmares alegaram que o município não possui recursos para o enfrentamento da violência sexual. É grande o número de participantes que não souberam informar se o município possui recursos ou não para investir. Isto foi observado em Carpina (45,5%), Caruaru (50%) e Arcoverde (66,7%).

Sobre a origem dos recursos financeiros, a maioria informou que eles são provenientes da prefeitura, que foi o órgão que mais subvencionou recursos para a política de enfrentamento da violência, seguido do Ministério da Previdência Social e Combate à Fome, do Ministério da Saúde e do Ministério da Justiça.

Cidade Pólo	Sim	Não	Não Sabe
Recife	10	1	1
Linha %	83,3	8,3	8,3
Coluna %	25	11,1	4,8
Carpina	4	2	5
Linha %	36,4	18,2	45,5
Coluna %	10	22,2	23,8
Caruaru	5	0	5
Linha %	50	0	50
Coluna %	12,5	0	23,8
Palmares	2	5	0
Linha %	28,6	71,4	0
Coluna %	5	55,6	0
Petrolina	9	0	5
Linha %	64,3	0	35,7
Coluna %	22,5	0	23,8
Garanhuns	4	1	3
Linha %	50	12,5	37,5
Coluna %	10	11,1	14,3
Salgueiro	5	0	0
Linha %	100	0	0
Coluna %	12,5	0	0
Arcoverde	1	0	2
Linha %	33,3	0	66,7
Coluna %	2,5	0	9,5
TOTAL	40	9	21
Linha %	57,1	12,9	30
Coluna %	100	100	100

Tabela 10:
Distribuição de Recursos
Financeiros Destinados a Política
de enfrentamento a violência
sexual contra criança
e adolescente por RDs (2012).

Cidade Pólo	MS		MJ		MEC		ONGs		CONDICA		Recursos		TJ		MDS		Outros	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Recife	3	9	4	8	2	10	3	9	1	11	6	6	1	11	2	10	3	9
Linha %	25	75	33,3	66,7	16,7	83,3	25	75	8,3	91,7	50	50	8,3	91,7	16,7	83,3	25	75
Coluna %	37,5	14,1	57,1	12,3	100	14,3	60	13,4	100	15,5	26,1	12,2	100	15,5	10	19,2	42,9	13,8
Carpina	1	10	0	11	0	11	0	11	0	11	4	7	0	11	2	9	1	10
Linha %	9,1	09,9	0	100	0	100	0	100	0	100	36,4	63,6	0	100	18,2	81,8	9,1	90,9
Coluna %	12,5	15,6	0	16,9	0	15,7	0	16,4	0	15,5	17,4	14,3	0	15,5	10	17,3	14,3	15,4
Caruaru	0	10	1	9	0	10	1	9	0	10	2	8	0	10	3	7	2	8
Linha %	0	100	10	90	0	100	10	90	0	100	20	80	0	100	30	70	20	80
Coluna %	0	15,6	14,3	13,8	0	14,3	20	13,4	0	14,1	8,7	16,3	0	14,1	15	13,5	28,6	12,3
Palmares	1	6	0	7	0	7	1	6	0	7	1	12	0	14	6	8	0	7
Linha %	14,3	85,7	0	100	0	100	14,3	85,7	0	100	14,3	85,7	0	100	42,9	57,1	0	100
Coluna %	12,5	9,4	0	10,8	0	10	20	9	0	9,9	4,3	24,5	0	19,7	30	15,4	0	10,8
Petrolina	1	13	1	13	0	0	14	14	6	8	0	14	0	14	3	11		
Linha %	7,1	92,9	7,1	92,9	0	0	100	100	42,9	57,1	0	100	0	100	21,4	78,6	-	-
Coluna %	5,6	24,1	5,3	24,5	0	0	20	23,3	19,4	19,5	0	19,7	0	20	25	18,3		
Garanhuns	0	8	0	8	0	8	0	8	0	8	4	4	0	8	1	7	1	7
Linha %	0	100	0	100	0	100	0	100	0	100	50	50	0	100	12,5	87,5	12,5	87,5
Coluna %	0	12,5	0	12,3	0	11,4	0	11,9	0	11,3	17,4	8,2	0	11,3	5	13,5	14,3	10,8
Salgueiro	1	4	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	4	1	0	5
Linha %	20	80	0	100	0	100	0	100	0	100	0	100	0	100	80	20	0	100
Coluna %	12,5	6,3	0	7,7	0	7,1	0	7,5	0	7	0	10,2	0	7	7,7	1,9	0	7,7
Arcoverde	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	0	5	1	4	0	5
Linha %	0	100	0	100	0	100	0	100	0	100	0	100	0	100	20	80	0	100
Coluna %	0	7,8	0	7,7	0	7,1	0	7,5	0	7	0	10,2	0	7	5	7,7	0	7,7
TOTAL	8	64	7	65	2	70	5	67	1	71	23	49	1	71	20	52	7	65
Linha %	11,1	88,9	9,7	90,3	2,8	97,2	6,9	93,1	1,4	98,6	31,9	68,1	1,4	98,6	27,8	72,2	9,7	90,3
Coluna %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 11:
Distribuição dos recursos
financeiros destinados à política
de enfrentamento da violência
sexual contra criança e
adolescente, segundo instituição
por RDs (2012).

Quando perguntados se as RDs tinham Conselhos de Direitos, 95,8% dos entrevistados afirmaram positivamente; 2,8% disseram não saber da existência; e apenas 1,4% respondeu negativamente (Tabela 12).

Tabela 12:
Distribuição do número de RD's
com Conselhos de Direitos (2012).

Cidade Pólo	Sim	Não	Não Sabe
Recife	12	0	0
Linha %	100	0	0
Coluna %	17,4	0	0
Carpina	10	0	1
Linha %	90,9	0	9,1
Coluna %	14,5	0	50
Caruaru	9	0	1
Linha %	90	0	10
Coluna %	13	0	50
Palmares	6	1	0
Linha %	85,7	14,3	0
Coluna %	8,7	100	0
Petrolina	14	0	0
Linha %	100	0	0
Coluna %	20,3	0	0
Garanhuns	8	0	0
Linha %	100	0	0
Coluna %	11,6	0	0
Salgueiro	5	0	0
Linha %	100	0	0
Coluna %	7,2	0	0
Arcoverde	5	0	0
Linha %	100	0	0
Coluna %	7,2	0	0
TOTAL	69	1	2
Linha %	95,8	1,4	2,8
Coluna %	100	100	100

Quando perguntados se havia um fluxo estruturado de assistência para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, 89,2% dos entrevistados afirmaram que sim, com destaque para Recife, Petrolina, Carpina e Caruaru; já 7,7% deles responderam que não; e apenas 3,1% informaram que não sabiam (Tabela 13).

Tabela 13:
Distribuição da existência de um
fluxo de assistência estruturada
para o enfrentamento da Violência
Sexual por RDs (2012).

Cidade Pólo	Sim	Não	Não Sabe
Recife	12	0	0
Linha %	100	0	0
Coluna %	17,4	0	0
Carpina	10	0	1
Linha %	90,9	0	9,1
Coluna %	14,5	0	50
Caruaru	9	0	1
Linha %	90	0	10
Coluna %	13	0	50
Palmares	6	1	0
Linha %	85,7	14,3	0
Coluna %	8,7	100	0
Petrolina	14	0	0
Linha %	100	0	0
Coluna %	20,3	0	0
Garanhuns	8	0	0
Linha %	100	0	0
Coluna %	11,6	0	0
Salgueiro	5	0	0
Linha %	100	0	0
Coluna %	7,2	0	0
Arcoverde	5	0	0
Linha %	100	0	0
Coluna %	7,2	0	0
TOTAL	69	1	2
Linha %	95,8	1,4	2,8
Coluna %	100	100	100

Em seguida, foi perguntado com que tipo de equipamento as RDs contavam, diante dos casos de violência sexual. De acordo com a Tabela 14, os entrevistados responderam que contavam com CREAS (94,4%), CRAS (93,1%), Conselho Tute-

lar (91,7%), Casa de Acolhida (72,2%), outros (56,9%), Serviço de Referência em Saúde (33,3%), CAPS (33,3%), Cerca/Sentinela (20,8%), GPCA (20,8%) e Escola que Protege (16,7%).

Tabela 14:
Distribuição dos Equipamentos
em Casos de Violência Sexual
por RDs (2012).

Cidade Pólo	SRS		CREAS		CRAS		CERCA/ SENTINELA		CONSELHO TUTELAR		GPCA		ESC. PROTEGE		CASA ACOLHIDA		CAPS		Outros	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Recife	11	1	12	0	12	0	12	0	12	0	12	0	11	1	11	1	0	12	5	7
Linha %	91,7	8,3	100	0	100	0	100	0	100	0	100	0	91,7	8,3	91,7	8,3	0	100	41,7	58,3
Coluna %	45,8	2,1	17,6	0	17,9	0	80	0	18,2	0	80	0	91,7	1,7	21,2	5	0	25	12,2	22,6
Carpina	2	9	11	0	10	1	0	11	11	0	2	9	0	11	10	1	4	7	9	2
Linha %	18,2	81,8	100	0	90,9	9,1	0	100	100	0	18,2	81,8	0	100	90,9	9,1	36,4	63,6	81,8	18,2
Coluna %	8,3	18,8	16,2	0	14,9	20	0	19,3	16,7	0	13,3	15,8	0	18,3	19,2	5	16,7	14,6	22	6,5
Caruaru	3	7	10	0	9	1	0	10	9	1	0	10	0	10	6	4	2	8	9	1
Linha %	30	70	100	0	90	10	0	100	90	10	0	100	0	100	60	40	20	80	90	10
Coluna %	12,5	14,6	14,7	0	13,4	20	0	17,5	13,6	16,7	0	17,5	0	16,7	11,5	20	8,3	16,7	22	3,2
Palmares	1	6	7	0	7	0	3	4	5	2	0	7	1	6	4	3	6	1	1	6
Linha %	14,3	85,7	100	0	100	0	42,9	57,1	71,4	28,6	0	100	14,3	85,7	57,1	42,9	85,7	14,3	14,3	85,7
Coluna %	4,2	12,5	10,3	0	10,4	0	20	7	7,6	33,3	0	12,3	8,3	10	7,7	15	25	2,1	2,4	19,4
Petrolina	0	14	13	1	13	1	0	14	13	1	1	13	0	14	13	1	7	7	9	5
Linha %	0	100	02,9	7,1	92,9	7,1	0	100	92,9	7,1	7,1	92,9	0	100	92,9	7,1	50	50	64,3	35,7
Coluna %	0	29,2	19,1	25	19,4	20	0	24,6	19,7	16,7	6,7	22,8	0	23,3	25	5	29,2	14,6	22	16,1
Garanhuns	4	4	6	2	8	0	0	8	7	1	0	8	0	8	2	6	1	7	4	4
Linha %	50	50	75	25	100	0	0	100	87,5	12,5	0	100	0	100	25	75	12,5	87,5	50	50
Coluna %	16,7	8,3	8,8	50	11,9	0	0	14	10,6	16,7	0	14	0	13	3,8	30	4,2	14,6	9,8	12,9
Salgueiro	3	2	4	1	4	1	0	5	4	1	0	5	0	5	4	1	3	2	1	4
Linha %	60	40	80	20	80	20	0	100	80	20	0	100	0	100	80	20	60	40	20	80
Coluna %	12,5	4,2	5,9	25	6	20	0	8,8	6,1	16,7	0	8,8	0	8,3	7,7	5	12,5	4,2	2,4	12,9
Arcoverde	0	5	5	0	4	1	0	5	5	0	0	5	0	5	2	3	1	4	3	2
Linha %	0	100	100	0	80	20	0	100	100	0	0	100	0	100	40	60	20	80	60	40
Coluna %	0	10,4	7,4	0	6	20	0	8,8	7,6	0	0	8,8	0	8,3	3,8	15	4,2	8,3	7,3	6,5
TOTAL	24	48	68	4	67	5	15	57	66	6	15	12	60	52	20	24	48	41	31	-
Linha %	33,3	66,7	94,4	5,6	93,1	6,9	20,8	79,2	91,7	8,3	20,8	16,7	83,3	72,2	27,8	33,3	66,7	56,9	43,1	-
Coluna %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	-

2.3 Capacitação

A maioria dos entrevistados de Recife (66,7%), Salgueiro (80%), Arcoverde (60%) e Petrolina (61,5%) afirmou que havia sido realizada capacitação para o atendimento das crianças vítimas de violência sexual. Já nos outros quatro municípios – Carpina (63,6%), Caruaru (50%), Palmares (50%), e Garanhuns (75%), foi declarado que as capacitações para os profissionais que irão compor as equipes de trabalho com crianças e adolescentes em situação de violência sexual não foram realizadas em seus municípios.

Tabela 15:
Distribuição dos profissionais
capacitados no atendimento às
vítimas de violência sexual por
RDs (2012).

Cidade Pólo	Sim	Não	Não Sabe
Recife	8	4	0
Linha %	66,7	33,3	0
Coluna %	22,2	11,8	0
Carpina	4	7	0
Linha %	36,4	63,6	0
Coluna %	11,1	20,6	0
Caruaru	4	5	1
Linha %	40	50	10
Coluna %	11,1	14,7	100
Palmares	3	4	0
Linha %	42,9	57,1	0
Coluna %	8,3	11,8	0
Petrolina	8	5	0
Linha %	61,5	38,5	0
Coluna %	22,2	14,7	0
Garanhuns	2	6	0
Linha %	25	75	0
Coluna %	5,6	17,6	0
Salgueiro	4	1	0
Linha %	80	20	0
Coluna %	11,1	2,9	0
Arcoverde	3	2	0
Linha %	60	40	0
Coluna %	8,3	5,9	0
TOTAL	36	34	1
Linha %	50,7	47,9	1,4
Coluna %	100	100	100

Sabe-se que uma abordagem adequada pode revelar fatos e dados não captados em algum órgão da rede, de suma importância para a condução do caso. Diante disso, a capacitação desses pro-

fissionais ocorreu, em sua maioria, através de seminários e cursos na região ou em outro local destinado pela gestão. O Ensino a Distância (EAD) não foi mencionado nas entrevistas (Tabela 16).

Cidade Pólo	Seminários		Cursos		EAD	Outros	
	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não
Recife	2	10	2	10	12	0	12
Linha %	16,7	83,3	16,7	83,3	100	0	100
Coluna %	14,3	17,2	15,4	16,9	16,7	0	19
Carpina	1	10	1	10	11	1	10
Linha %	9,1	90,9	9,1	90,9	100	9,1	90,9
Coluna %	7,1	17,2	7,7	16,9	15,3	11,1	15,9
Caruaru	1	9	2	8	10	0	10
Linha %	10	90	20	80	100	0	100
Coluna %	7,1	15,5	15,4	13,6	13,9	0	15,9
Palmares	1	6	2	5	7	0	7
Linha %	14,3	85,7	28,6	71,4	100	0	100
Coluna %	7,1	10,3	15,4	8,5	9,7	0	11,1
Petrolina	2	12	0	8	8	1	7
Linha %	14,3	85,7	0	100	100	12,5	87,5
Coluna %	14,3	20,7	0	13,6	11,1	11,1	11,1
Garanhuns	2	6	0	8	8	1	7
Linha %	25	75	0	100	100	12,5	87,5
Coluna %	14,3	10,3	0	13,6	11,1	11,1	11,1
Salgueiro	4	1	2	3	5	3	2
Linha %	80	20	40	60	100	60	40
Coluna %	28,6	1,7	15,4	5,1	6,9	33,3	3,2
Arcoverde	1	4	2	3	5	2	3
Linha %	20	80	40	60	100	40	60
Coluna %	7,1	6,9	15,4	5,1	6,9	22,2	4,8
TOTAL	14	58	13	59	72	9	63
Linha %	19,4	80,6	18,1	81,9	100	12,5	87,5
Coluna %	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 16:
Distribuição do tipo
de capacitação entre os
profissionais por RDs (2012).

Quando perguntados se as RDs possuíam núcleo, política ou coordenação de prevenção para os acidentes e a violência, 14 entrevistados (20,6%) afirmaram sim; 18 disseram não (26,5%); e 36 responderam que não sabiam (52,9%), de acordo com a Tabela 17.

Tabela 17:
Distribuição da existência de
Núcleos, Política ou Coordenação
de prevenção aos Acidentes e
Violências por RDs (2012).

Cidade Pólo	Sim	Não	Não Sabe
Recife	9	1	1
Linha %	81,8	9,1	9,1
Coluna %	64,3	5,6	2,8
Carpina	0	5	6
Linha %	0	45,5	54,5
Coluna %	0	27,8	16,7
Caruaru	2	1	6
Linha %	22,2	11,1	66,7
Coluna %	14,3	5,6	16,7
Palmares	0	4	3
Linha %	0	57,1	42,9
Coluna %	0	22,2	8,3
Petrolina	3	0	10
Linha %	23,1	0	76,9
Coluna %	21,4	0	27,8
Garanhuns	0	3	4
Linha %	0	42,9	80
Coluna %	0	16,7	11,1
Salgueiro	0	1	4
Linha %	0	20	80
Coluna %	0	5,6	11,1
Arcoverde	0	3	2
Linha %	0	60	40
Coluna %	0	16,7	5,6
TOTAL	36	18	36
Linha %	50,7	26,5	52,9
Coluna %	100	100	100

Em relação à implantação do Serviço de Notificação da Violência nos setores, foi observado que 20 entrevistados (60,6%) responderam que no seu município havia este serviço; já sete (21,2%) disseram não; e apenas seis (18,2%) não tinham conhecimento do serviço (Tabela 18).

Tabela 18:
Distribuição da implantação de
serviços de notificação da
violência por RDs (2012).

Cidade Pólo	Sim	Não	Não Sabe
Recife	4	0	0
Linha %	100	0	0
Coluna %	20	0	0
Carpina	3	0	0
Linha %	100	0	0
Coluna %	15	0	0
Caruaru	2	0	0
Linha %	100	0	0
Coluna %	10	0	0
Palmares	2	2	2
Linha %	33,3	33,3	33,3
Coluna %	10	28,6	33,3
Petrolina	0	0	3
Linha %	0	0	100
Coluna %	0	0	50
Garanhuns	6	2	0
Linha %	75	25	0
Coluna %	30	28,6	0
Salgueiro	3	1	1
Linha %	60	20	20
Coluna %	15	14,3	16,7
Arcoverde	0	2	0
Linha %	0	100	0
Coluna %	0	18,6	0
TOTAL	20	7	6
Linha %	60,6	21,2	18,2
Coluna %	100	100	100

Em relação aos órgãos onde o serviço de notificação da violência está implantado, o Conselho Tutelar obteve 31,9%; a Secretaria de Saúde, 23,6%;

a Secretaria de Defesa Social, 12,5%; e a Secretaria de Educação, 4,2% das respostas afirmativas (Tabela 19).

Cidade Pólo	Saúde		SDS		Conselho Tutelar		Educação	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Recife	7	5	6	6	1	11	0	12
Linha %	58,3	41,7	50	50	8,3	91,7	0	100
Coluna %	41,2	9,1	66,7	9,5	4,3	22,4	0	17,4
Carpina	2	9	0	11	4	7	0	11
Linha %	18,2	81,8	0	100	36,4	63,6	0	100
Coluna %	11,8	16,4	0	17,5	17,4	14,3	0	15,9
Caruaru	2	8	1	9	3	7	1	9
Linha %	20	80	10	90	30	70	10	90
Coluna %	11,8	14,5	11,1	14,3	13	14,3	33,3	13
Palmares	1	6	0	7	3	4	0	7
Linha %	14,3	85,7	0	100	42,9	57,1	0	100
Coluna %	5,9	10,9	0	11,1	13	8,2	0	10,1
Petrolina	3	11	2	12	4	10	1	13
Linha %	21,4	78,6	14,3	85,7	28,6	71,4	71,4	92,9
Coluna %	17,6	20	22,2	19	17,4	20,4	33,3	18,8
Garanhuns	0	8	0	8	4	4	0	8
Linha %	0	100	0	100	50	50	0	100
Coluna %	0	14,5	0	12,7	17,4	8,2	0	11,6
Salgueiro	1	4	0	5	2	3	1	4
Linha %	20	80	0	100	40	60	20	80
Coluna %	5,9	7,3	0	7,9	8,7	6,1	33,3	5,8
Arcoverde	1	4	0	5	2	3	0	5
Linha %	20	80	0	100	40	60	0	100
Coluna %	5,9	7,3	0	7,9	8,7	6,1	0	7,2
TOTAL	17	55	9	63	23	49	3	69
Linha %	23,6	76,4	12,5	87,5	31,9	68,1	4,2	95,8
Coluna %	100	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 19:
Distribuição dos serviços em que
estão implantados Serviço de
Notificação por RDs (2012).

Quando perguntados sobre qual o sistema de notificação utilizado para notificar os casos de violência sexual nos municípios, 26 entrevistados

(36,1%) mencionaram o Disque Direitos Humanos - 100; 20 (27,8%) apontaram o Sipia; e 16 (22,2%) citaram o Viva, de acordo com a Tabela 20.

Cidade Pólo	VIVA		SIPIA		DISQUE 100		Outros	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Recife	8	4	8	4	8	4	4	8
Linha %	66,7	33,3	66,7	33,3	66,7	33,3	33,3	66,7
Coluna %	50	7,1	40	7,7	30,8	8,7	57,1	12,3
Carpina	2	9	2	9	4	7	1	10
Linha %	18,2	81,8	18,2	81,8	36,4	63,6	9,1	90,9
Coluna %	12,5	16,1	10	17,3	15,4	15,2	14,3	15,4
Caruaru	2	8	1	9	3	7	1	9
Linha %	20	80	10	90	30	70	10	90
Coluna %	12,5	14,3	5	17,3	11,5	15,2	14,3	13,8
Palmares	1	6	1	6	1	6	0	7
Linha %	14,3	85,7	14,3	85,7	14,3	85,7	0	100
Coluna %	6,3	10,7	5	11,5	3,8	13	0	10,8
Petrolina	1	13	1	13	6	8	1	13
Linha %	7,1	92,9	7,1	92,9	46,9	57,1	7,1	92,9
Coluna %	6,3	23,3	5	25	23,1	17,4	14,3	20
Garanhuns	1	7	3	5	6	8	1	13
Linha %	20	87,5	37,5	62,5	42,9	57,1	7,1	92,9
Coluna %	6,3	12,5	15	9,6	23,1	17,4	14,3	20
Salgueiro	1	4	3	2	1	4	0	5
Linha %	20	80	60	40	20	80	0	100
Coluna %	6,3	7,1	15	3,8	3,8	8,7	0	7,7
Arcoverde	0	5	1	4	2	3	0	5
Linha %	0	100	20	80	40	60	0	100
Coluna %	0	8,9	5	7,7	7,7	6,5	0	7,7
TOTAL	16	56	20	52	26	46	7	65
Linha %	22,2	77,8	27,8	72,2	36,1	63,9	9,7	90,3
Coluna %	100	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 20:
Distribuição dos Sistemas Para
Notificação da Violência Sexual
por RDs (2012).

Quando questionados se os serviços oferecidos pelo município atendiam à demanda do enfrentamento da violência sexual, 51 (71,8%) dos entrevistados responderam que não e 20 (28,2%) que sim. Isto denota que existe uma demanda de serviços que ainda precisam ser implementados. (Tabela 21).

Tabela 21:
Distribuição do atendimento às
vítimas de Violência Sexual pelos
Serviços por RDs (2012).

Cidade Pólo	Sim	Não
Recife	3	9
Linha %	25	75
Coluna %	15	17,6
Carpina	5	6
Linha %	45,5	54,5
Coluna %	25	11,8
Caruaru	3	7
Linha %	30	70
Coluna %	15	13,7
Palmares	3	4
Linha %	42,9	57,1
Coluna %	15	7,8
Petrolina	3	10
Linha %	23,1	76,9
Coluna %	15	19,6
Garanhuns	1	7
Linha %	12,5	87,5
Coluna %	5	13,7
Salgueiro	1	4
Linha %	20	80
Coluna %	5	7,8
Arcoverde	1	4
Linha %	20	80
Coluna %	5	7,8
TOTAL	20	51
Linha %	28,2	71,8
Coluna %	100	100

Em relação à demanda de serviços que ainda precisam ser implementados, 59 entrevistados confirma essa ausência (84%), 10 entrevistados discordaram (14,3%) e apenas um disse não ter conhecimento. (Tabela 22)

Tabela 22:
Distribuição do atendimento às
vítimas de Violência Sexual pelos
Serviços por RDs (2012).

Cidade Pólo	Sim	Não
Recife	3	9
Linha %	25	75
Coluna %	15	17,6
Carpina	5	6
Linha %	45,5	54,5
Coluna %	25	11,8
Caruaru	3	7
Linha %	30	70
Coluna %	15	13,7
Palmares	3	4
Linha %	42,9	57,1
Coluna %	15	7,8
Petrolina	3	10
Linha %	23,1	76,9
Coluna %	15	19,6
Garanhuns	1	7
Linha %	12,5	87,5
Coluna %	5	13,7
Salgueiro	1	4
Linha %	20	80
Coluna %	5	7,8
Arcoverde	1	4
Linha %	20	80
Coluna %	5	7,8
TOTAL	20	51
Linha %	28,2	71,8
Coluna %	100	100

2.3.1 A necessidade de aprofundar o tema de redes e fluxos

A temática de redes e fluxos merece futuras pesquisas. Foram constatados altos índices daqueles que declararam estar operando sob o conceito de rede, bem como daqueles que declararam que seus municípios possuem fluxos definidos, mesmo não possuindo uma rede estruturada.

Por outro lado, tanto os municípios que declararam possuir suas redes quanto os que ainda não as possuem apresentaram maiores ou menores níveis de dificuldade de estruturação das suas redes de serviços, entre elas falta de recursos humanos, financiamento, articulação, comunicação, estrutura física e gestão política.

Uma das hipóteses sobre essa aparente contradição consiste no fato de que parte dos entrevistados pode ter considerado haver conexões entre as organizações e os serviços, quando afirmaram que estes estão operando sob o conceito de rede e que seus municípios possuem fluxos definidos e formalmente estruturados como mecanismos de gestão.

Tabela 23:
Distribuição do Trabalho
na perspectiva de rede
por RDs (2012).

Após terem conhecimento do conceito de “rede”, a pesquisa quis saber se o município trabalhava de acordo com tal conceito. Dos entrevistados, 41 (56,9%) responderam sim, 30 (41,7%) disseram não e apenas um (1,4%) informou que não tinha conhecimento (Tabela 23).

Cidade Pólo	Sim	Não	Não Sabe
Recife	7	5	0
Linha %	58,3	41,7	0
Coluna %	17,1	16,7	0
Carpina	6	5	0
Linha %	54,5	45,5	0
Coluna %	14,6	16,7	0
Caruaru	4	6	0
Linha %	40	60	0
Coluna %	9,8	20	0
Palmares	6	1	0
Linha %	85,7	14,3	0
Coluna %	14,6	3,3	0
Petrolina	7	7	0
Linha %	50	50	0
Coluna %	17,1	23,3	0
Garanhuns	5	2	1
Linha %	62,5	25	12,5
Coluna %	12,2	6,7	100
Salgueiro	4	1	0
Linha %	80	20	0
Coluna %	9,8	3,3	0
Arcoverde	2	3	0
Linha %	40	60	0
Coluna %	4,9	10	0
TOTAL	41	30	1
Linha %	56,9	41,7	1,4
Coluna %	100	100	100

Investigou-se também quais seriam as principais dificuldades para a implementação da rede de proteção da criança e do adolescente em situação de violência sexual no município e os entrevista-

dos afirmaram: recursos humanos (56,9%), financiamento (44,4%), outros (41,7%), articulação/comunicação (40,3%), estrutura física (33,3%) e gestão política (33,3%).

Cidade Pólo	RH		Estrutura		Financiamento		Gestão Política		Art. Comunicação		Outros	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Recife	8	4	6	6	6	6	7	5	4	8	8	4
Linha %	66,7	33,3	50	50	50	50	58,3	41,7	33,3	66,7	66,7	33,3
Coluna %	19,5	12,9	25	12,5	18,8	15	29,2	10,4	13,8	18,6	26,7	9,5
Carpina	9	2	4	7	5	6	3	8	4	7	2	9
Linha %	81,8	18,2	36,4	63,6	45,5	54,5	27,3	72,7	36,4	63,6	18,2	81,8
Coluna %	22	6,5	16,7	14,6	15,6	15	12,5	16,7	13,8	16,3	6,7	21,4
Caruaru	7	3	5	5	6	4	2	8	3	7	4	6
Linha %	70	30	50	50	60	40	20	80	30	70	40	60
Coluna %	17,1	9,7	20,8	10,4	18,8	10	8,3	16,7	10,3	16,3	13,3	14,3
Palmares	2	5	2	5	4	3	2	5	1	6	2	5
Linha %	28,6	71,4	28,6	71,4	57,1	42,9	28,6	71,4	14,3	85,7	28,6	71,4
Coluna %	4,9	16,1	8,3	10,4	12,5	7,5	8,3	10,4	3,4	14	6,7	11,9
Petrolina	5	9	5	9	4	10	5	9	9	5	7	7
Linha %	35,7	64,3	35,7	64,3	28,6	71,4	35,7	64,3	64,3	35,7	50	50
Coluna %	12,2	29	20,8	18,8	12,5	25	20,8	18,8	31	11,6	23,3	16,7
Garanhuns	4	4	2	6	3	5	4	4	2	6	3	5
Linha %	50	50	25	75	37,5	62,5	50	50	25	75	37,5	62,5
Coluna %	9,8	12,9	8,3	12,5	9,4	12,5	16,7	8,3	6,9	14	10	11,9
Salgueiro	3	2	0	5	1	4	0	5	3	2	0	5
Linha %	60	40	0	100	20	80	0	100	60	40	0	100
Coluna %	7,3	6,5	0	10,4	3,1	10	0	10,4	10,3	4,7	0	11,9
Arcoverde	3	2	0	5	3	2	1	4	3	2	0	5
Linha %	60	40	0	100	60	40	20	80	60	40	0	100
Coluna %	7,3	6,5	0	10,4	9,4	5	4,2	8,3	10,3	4,7	0	11,9
TOTAL	41	31	24	48	32	40	24	48	29	43	30	42
Linha %	56,9	43,1	33,3	66,7	44,4	55,6	33,3	66,7	40,3	59,7	41,7	58,3
Coluna %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Tabela 24:
Distribuição das dificuldades para a Implantação da Rede de Proteção por RDs (2012).

2.3.2 As regiões em perspectiva

Recife

Com base nas declarações dos participantes desta pesquisa, o município de Recife (ao lado de Salgueiro) apresentou-se melhor equipado para o enfrentamento da violência sexual, em que pesem os diferentes problemas que possam afetar a capacidade institucional dos órgãos públicos e das organizações não governamentais do território.

Este município possui Conselho de Direitos, política de proteção integral com prioridades definidas, diagnóstico e plano de ação formalmente elaborados, canais de denúncia implantados, mecanismos de coordenação das ações de enfrentamento da violência sexual, redes e fluxos, recursos financeiros e ações de avaliação. Contudo, as políticas e programas existentes são insuficientes para o atendimento das demandas, na opinião de 75% dos entrevistados, inclusive por existir uma demanda reprimida, conforme sinalizado por 91,7% dos participantes.

Carpina

Analisando as respostas majoritárias dos participantes desta RD, observa-se falta de consenso entre os entrevistados e fragilidade nas políticas e programas de atenção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual. O município possui Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o que é um bom indicativo de cumprimento do que está determinado pelo ECA.

Contudo, as opiniões são divergentes quanto à política de proteção integral: uma ligeira maioria dos participantes declarou que o município possui uma política de proteção integral definida, porém quase metade dos entrevistados afirmou que o mesmo não possui nem a política e nem as prioridades estabelecidas.

O município também não elaborou seu diagnóstico e Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, mas tem a seu favor os canais de denúncia implantados, os serviços funcionando em forma de rede e com fluxos definidos, as ações de enfrentamento da violência sexual realizadas ainda que de caráter eventual.

As equipes de trabalho recebem pouca ou nenhuma capacitação para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de violência; os programas e serviços não atendem à demanda cotidiana do município. Existe ainda uma demanda reprimida.

Embora quase metade dos participantes da pesquisa tenha declarado que o município vem realizando ações de monitoramento e avaliação, a maioria dos entrevistados afirmou que essas ações não vêm sendo realizadas. Os entrevistados demonstraram grandes índices de desconhecimento em relação à existência ou não de um núcleo, política ou coordenação das ações de prevenção a acidentes e de atenção às crianças e adolescentes em situação de violência, além do financiamento da política.

Caruaru

Das respostas dos entrevistados emerge um retrato um pouco melhor do que o de Carpina, mas igualmente preocupante. O município tem a seu favor a existência do Conselho de Direitos, a Política de Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente definida, os canais de denúncia das violações dos direitos da criança e do adolescente implantados, e o desenvolvimento de ações eventuais de mobilização pelo enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Contudo, não possui as prioridades da política de proteção integral definidas e, ao que tudo indica, o município também não possui diagnóstico e Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes elaborados, a contar dos baixos índices de respostas afirmativas e da divisão entre “não possui” e “não sabe informar”.

As ações de capacitação são inexistentes ou chegam apenas para um pequeno número de pessoas. Em que pese a maioria dos entrevistados haver declarado a existência de um fluxo de trabalho entre instituições, programas e serviços, estes não operam em forma de rede. A maioria não sabe responder se o município possui ou

não núcleo, política ou coordenação das ações de prevenção a acidentes e de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Registra-se um maior consenso sobre o fato dos serviços e programas não atenderem à demanda existente no município e sobre a existência de uma demanda reprimida. As opiniões ficaram mais divididas quanto aos recursos financeiros para as ações de enfrentamento da violência sexual (50% afirmaram que sim e 50% que não sabiam informar) e de monitoramento e avaliação (40% afirmaram que sim e 60% que não).

Palmares

Segundo os entrevistados de Palmares, o município possui algumas bases importantes para a implementação da política de atenção às crianças e adolescentes, mas precisa ser fortalecido na maioria dos seus indicadores. A cidade possui um Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e uma Política de Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, embora não tenha suas prioridades definidas. Falta, contudo, realizar seu diagnóstico e plano de ação para o enfrentamento da violência sexual. Se o município vem realizando

ações de capacitação, estas não atingem o universo dos profissionais que delas necessitam, pois 57,1% dos entrevistados afirmaram que não há ações de capacitação.

Embora o município não possua um plano de ação, existe um consenso entre os entrevistados que as instituições, programas e serviços operam sob o conceito de rede e possuem um fluxo definido. Apesar de uma ligeira maioria dos participantes da pesquisa afirmar que não existe no município uma estrutura de coordenação das ações de prevenção a acidentes e de enfrentamento da violência sexual, um percentual significativo dos respondentes (42,9%) não soube responder à questão.

Nessa mesma linha, mesmo que a maioria dos entrevistados tenha afirmado que o município não vem desenvolvendo ações de mobilização social pelo enfrentamento da violência sexual, um terço dos respondentes declarou que Palmares desenvolve algumas ações ainda eventuais.

A questão sobre a existência ou não de recursos financeiros para a implementação de ações de enfrentamento da violência sexual foi negada pela maioria dos respondentes (71,4%) - só uma pequena porcentagem afirmou haver recursos disponíveis.

Na avaliação que teve como objetivo saber se os programas e serviços existentes são suficientes para o atendimento da demanda, pouco mais da metade dos entrevistados afirmou que não. Contudo, na questão sobre a existência ou não de uma demanda reprimida, houve um maior consenso sobre a resposta positiva (71,4%).

A pesquisa também mostrou que ações ou mecanismos de monitoramento e avaliação são ainda um desafio para os órgãos gestores e controladores da política, uma vez que quase 60% dos participantes alegaram que o município não desenvolve tais ações.

Garanhuns

A análise da situação das ações de enfrentamento da violência sexual neste município não difere muito da anterior. Existe o Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como uma política de proteção integral traçada, embora esta não tenha suas prioridades definidas. O município ainda não realizou um mapeamento situacional sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes, tampouco elaborou um plano para o seu enfrentamento. Os participantes da pesquisa não souberam informar se o município possui ou não canais de denúncia das violações dos direitos da criança e do adolescente.

Se o município vem desenvolvendo ações de capacitação para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, estas são do conhecimento de poucos entrevistados (25%). A grande maioria (75%) deles afirmou que o município não vem realizando tais ações.

Grande parte dos entrevistados pensa que as organizações, os programas e os serviços vêm operando em forma de rede e possuem um fluxo elaborado. Ao que tudo indica também, o município não possui núcleo, política ou coordenação das ações de prevenção a acidentes e

de atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência sexual, embora deva ser ressaltado que a maioria dos respondentes declarou não possuir esta informação.

Existe um amplo consenso sobre o fato dos programas e serviços existentes não atenderem às demandas do município, havendo ainda uma demanda reprimida. Garanhuns possui recursos alocados para ações de enfrentamento da violência sexual pelo menos na opinião de metade dos respondentes, porém mais de um terço declarou não possuir esta informação. Se o município vem desenvolvendo ações de monitoramento e avaliação, estas são do conhecimento de poucos (37,5%), na medida em que metade dos entrevistados respondeu que não (50%).

Salgueiro

Encontra-se entre os municípios que apresentaram os melhores indicadores aferidos por esta pesquisa. O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente definiu a Política de Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, incluindo o estabelecimento de prioridades.

No caso específico do enfrentamento da violência sexual, o município realizou o diagnóstico e elaborou seu plano de ação. Salgueiro possui os canais de denúncia implantados, vêm realizando capacitações de profissionais para a atenção às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, suas organizações operam com o conceito de rede e possuem fluxo entre si, programas e serviços estão definidos. O município desenvolve também ações de mobilização social pelo enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

A existência de recursos investidos em ações de enfrentamento da violência sexual é do conhecimento de todos os entrevistados. E a maioria deles informou que existem ações de monitoramento e avaliação das políticas e programas implementados no município. Contudo, a maioria não soube informar sobre a existência ou não de núcleo, política ou coordenação das ações de prevenção a acidentes e de atendimento às crianças vítimas de violência sexual.

Existe um certo consenso acerca de que os programas e serviços existentes sejam insuficientes para atender às demandas. Os entrevistados informam também a existência de uma demanda reprimida.

Arcoverde

Esta RD possui indicadores muito frágeis em relação ao foco desta pesquisa. A seu favor encontra-se o fato do município possuir o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e haver definido uma Política de Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, embora não tenha estabelecido as prioridades dessa política.

No caso específico de atenção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual, a maioria dos entrevistados declarou não haver um diagnóstico elaborado e nem um plano de ação para o enfrentamento desta forma de violência. A maioria dos entrevistados declarou também que o município não possui canais de denúncia das violações dos direitos da criança e do adolescente. Ao que tudo indica, o município vem realizando ações de capacitação, as quais parecem não ser do conhecimento de grande parte dos entrevistados, uma vez que 40% dos entrevistados responderam que o município não vem realizando tais ações.

As opiniões sobre se as organizações, programas e serviços do município operam sob o conceito de rede estão divididas. A maioria dos entrevistados (60%) disse que não, embora 40% dos

entrevistados tenham sinalizado positivamente. Contraditoriamente, há um consenso sobre a existência de um fluxo entre as organizações, programas e serviços: 100% dos entrevistados acenaram positivamente.

A realização de ações de mobilização social pelo enfrentamento da violência sexual foi registrada por 6% dos entrevistados, o que significa que o município vem apoiando as campanhas e ações em curso no país. A maioria dos entrevistados declarou que não existe ou não sabe informar se existe no município uma coordenação das ações de prevenção a acidentes e de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Registra-se também para este município o pouco conhecimento sobre os recursos disponíveis para as ações de enfrentamento da violência sexual, além da incipiência das ações de monitoramento e avaliação. Isto se observa quando 60% dos entrevistados alegam que elas são inexistentes. Há um consenso sobre o fato dos serviços e programas existentes para o enfrentamento da violência sexual serem insuficientes para atender à demanda, bem como sobre a existência de uma demanda reprimida.

Petrolina

O retrato apontado pelos participantes da pesquisa sobre os indicadores do município, a respeito do enfrentamento da violência sexual, é marcado pelas irregularidades. O município possui Conselho de Direitos, formulou uma Política de Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, embora as opiniões estejam divididas quanto ao fato do município estabelecer as prioridades dessa política ou não, na medida em que 42,9% dos entrevistados responderam que sim e igual percentual responderam que não.

A maioria deles não soube informar sobre a existência de um diagnóstico formalmente elaborado e somente pouco menos da metade dos entrevistados (42,9%) respondeu que o município havia elaborado um plano de ação. Também a maioria dos respondentes não soube dizer se o município possui ou não canais de denúncia das violações de direitos implantados.

A realização de capacitações é do conhecimento de 61,5% dos entrevistados, porém, ao que tudo indica, das duas uma: ou essas ações não estão sendo amplamente divulgadas, ou são insuficientes para atender às demandas.

Embora as opiniões estejam divididas sobre a questão das organizações e dos serviços do município operarem sob o conceito de rede, verificou-se um consenso afirmativo entre os participantes sobre a existência de um fluxo operacional entre eles.

O município vem realizando ações de mobilização social pelo enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes ainda que de caráter eventual. Isto foi declarado por 85,7% dos entrevistados. O percentual dos respondentes que afirmou haver recursos disponíveis para a implementação de ações de enfrentamento da violência sexual foi maior (64,3%) do que o dos que alegaram não possuir tal informação: 35,7%.

Como nos municípios anteriores, existe uma ampla margem de consenso sobre o fato dos programas e serviços existentes não atenderem às demandas do município relacionadas com o enfrentamento da violência sexual, bem como sobre a existência de uma demanda reprimida.

2.3.3 A percepção dos entrevistados sobre a realidade dos seus municípios

Esta análise aponta para a falta de consenso entre os participantes de um mesmo município sobre o status da implementação de políticas, programas e serviços de enfrentamento da violência sexual. Não se trata de diferença de opiniões sobre a performance desses programas e serviços, mas sobre a existência ou não dos mesmos. Este dado fica ainda mais grave quando se acrescenta a informação de que a amostra foi composta de gestores e operadores do Sistema de Garantia de Direitos, os quais supostamente deveriam conhecer a realidade do município.

Alguns exemplos dessas opiniões divergentes: em Palmares, enquanto 85,7% dos participantes informaram a existência do Conselho de Direitos, cerca de 15% afirmaram que tal órgão não existia no município. No caso de Carpina, enquanto 54,% dos entrevistados declararam a existência de uma política integral de promoção dos direitos da criança e do adolescente, 45,5% responderam negativamente sobre este quesito. Outras discrepâncias perpassam praticamente todos os indicadores contemplados pela pesquisa.

Os entrevistados desconhecem muitas variáveis analisadas. Alguns exemplos: cerca de 10% dos entrevistados de Carpina e Caruaru não sabiam informar se, em seus municípios, existia ou não Conselhos de Direitos. Já 42,9% dos entrevistados de Palmares não souberam informar se o município havia definido ou não as prioridades da política de atendimento integral aos direitos da criança e do adolescente. Um montante de 50% dos entrevistados de Caruaru e 42,9% dos participantes de Garanhuns não souberam informar se, em seus municípios, existiam ou não diagnósticos elaborados. Em Salgueiro e Garanhuns, respectivamente, 37,5% e 40% dos entrevistados não souberam informar sobre a existência de um plano de ação para o enfrentamento da violência sexual.

Contudo, duas variáveis capitanearam os maiores índices de desconhecimento por parte dos entrevistados: a existência ou não de núcleo, política ou coordenação das ações de prevenção a acidentes e de atendimento às crianças e adolescentes em situação de violência sexual no seu município - tais índices alcançaram 80% e 76,9% dentre os entrevistados de Salgueiro e Petrolina; e a existência ou não de recursos financeiros para a implementação de ações de enfrentamento da violência sexual, alcançando 66,7% e 50% dentre os entrevistados de Arcoverde e Caruaru, respectivamente.

2.3.4 A incipiência das ações de monitoramento e avaliação

O monitoramento e a avaliação continuam sendo grandes desafios para a maioria das Regiões de Desenvolvimento envolvidas nesta pesquisa. Analisando, na Tabela 25, apenas a tendência majoritária das respostas, os participantes de apenas três regiões foram mais positivos em relação a ter alguma ação de avaliação: Recife (83,3%), Salgueiro (80%) e Petrolina (64,3%). Já os participantes de outras cinco regiões afirmaram não realizar tais ações: Carpina (54,5%), Caruaru (60%), Palmares (57,1%), Garanhuns (50%) e Arcoverde (60%).

Tabela 25:
Distribuição da Avaliação ou Monitoramento da Política de Proteção por RDs (2012).

Cidade Pólo	Sim	Não	Não Sabe
Recife	10	2	0
Linha %	83,3	16,7	0
Coluna %	25,6	6,7	0
Carpina	5	6	0
Linha %	45,5	54,5	0
Coluna %	12,8	20	0
Caruaru	4	6	0
Linha %	40	60	0
Coluna %	10,3	20	0
Palmares	2	4	1
Linha %	28,6	57,1	14,3
Coluna %	5,1	13,3	33,3
Petrolina	9	4	1
Linha %	64,3	28,6	7,1
Coluna %	23,1	13,3	33,3
Garanhuns	3	4	1
Linha %	37,5	50	12,5
Coluna %	7,7	13,3	33,3
Salgueiro	4	1	0
Linha %	80	20	0
Coluna %	10,3	3,3	0
Arcoverde	2	3	0
Linha %	40	60	0
Coluna %	5,1	10	0
TOTAL	39	30	3
Linha %	54,2	41,7	4,2
Coluna %	100	100	100



3. Limitações metodológicas

Após o estudo piloto na cidade do Recife, percebeu-se que a pesquisa não seria simples devido à geografia das RDs. Há em Recife uma Rede de Proteção instalada, porém foi constatado que alguns serviços estão desarticulados. Algumas secretarias estavam passando por uma transição de gestores, o que dificultou o contato e a resposta dos questionários.

Quando partimos para o interior, a situação foi preocupante, pois os serviços estavam desarticulados, a ponto de alguns informantes que ocupavam chefias não saberem responder absolutamente nada a respeito. O questionário foi respondido com ajuda da gestão anterior.

O contato com a RD de Arcoverde também foi bastante difícil. Os telefones estavam desatualizados e foi necessário o apoio de um profissional da gestão municipal anterior para ajudar no processo de articulação. Além disso, foi localizado alguns gestores que estavam acumulando funções em mais de uma secretaria, o que limitou o número de entrevistas a serem realizadas por serviços.

A aplicação do instrumental de coleta de dados junto aos usuários não ocorreu conforme o planejado. Embora as famílias tenham se disponibilizado a colaborar, não conseguimos a permissão de alguns serviços públicos para realização das entrevistas. O único que possibilitou estas entrevistas foi o Instituto de Medicina Legal (IML) no Recife e Caruaru.





4. Considerações finais

A doutrina da proteção integral de crianças e adolescentes surgiu a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, e da Declaração dos Direitos da Criança, em 1959, tendo sido incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro através da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990.

Afirmar que o Brasil segue a doutrina da proteção integral, no que diz respeito ao tratamento dispensado às crianças e adolescentes, significa dizer que, além de garantir os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, esses direitos serão garantidos considerando a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Isso implica garantir, de acordo com o art. 3º do ECA, “por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”.

Implica, ainda, assegurar que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, conforme preconiza o art. 5º deste mesmo Estatuto.

Operacionalmente isso requer a criação e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para tal fim. E políticas públicas que tenham, entre suas diretrizes estabelecidas pelo ECA, a criação de Conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente; a manutenção de fundos municipais, estaduais e nacional; e a integração operacional entre os órgãos operadores da política.

Além disso, para que a política de proteção integral se efetive, faz-se necessário um diagnóstico situacional para embasar a elaboração de um plano de ação, contendo os objetivos e metas a serem atingidos num determinado período, sendo este o pontapé inicial das ações a serem desenvolvidas pela rede de proteção da criança e do adolescente em situação de violência sexual.

Considerando como ponto inicial das ações a elaboração do diagnóstico situacional e do plano de ação (no caso específico do estudo, do Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes), há uma preocupação com o resultado obtido nesta pesquisa, que aponta um elevado número de pessoas afirmando não haver em seus municípios diagnósticos situacionais a respeito da violência sexual contra crianças e adolescentes.



É interessante perceber que houve mais respostas negativas em relação à realização do diagnóstico do que em relação à elaboração do Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, o que pode significar que alguns planos foram elaborados sem a realização de um diagnóstico situacional prévio ou que o diagnóstico foi realizado e essas pessoas desconhecem a informação. Em qualquer das alternativas, este é um dado negativo.

Elaborar um Plano de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes sem antes realizar um diagnóstico situacional implica trabalhar com uma realidade incerta, subestimando ou superestimando a demanda a ser atendida. Isto pode estar reverberando na situação apontada pelos entrevistados do alto índice de demanda reprimida.

O desconhecimento demonstrado por uma parcela dos entrevistados acerca do assunto evidencia o pouco investimento que está sendo feito, por parte dos gestores, nas equipes executoras da política, que são os operadores do Sistema de Garantia de Direitos. Isto será discutido mais à frente.

Considerando, ainda, os passos iniciais para a implantação de uma política de proteção integral, temos entre as diretrizes já anteriormente citadas a

criação dos Conselhos de Direitos nas diferentes esferas do poder público municipal, estadual e federal. Neste sentido, os resultados da pesquisa foram bastante positivos ao demonstrar que a totalidade dos municípios pesquisados possui este Conselho.

Apesar disso, não podemos desconsiderar o fato de alguns entrevistados terem afirmado que o município não possui Conselho de Direitos ou que desconhecem se existe ou não o Conselho em seu município.

Previsto no ECA, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente é um órgão deliberativo existente nas três esferas do governo (municipal, estadual e federal), que tem como funções a formulação e o acompanhamento da execução de políticas públicas voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes, além de fiscalizar o cumprimento das legislações que estabelecem seus direitos. Também deve assegurar a participação da sociedade, por meio de suas organizações representativas, de forma paritária com os representantes do governo.

Por ser um órgão tão importante dentro da organização do Sistema de Garantia de Direitos e por já terem se passado 22 anos desde a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, parece ser um dado bastante negativo o desconhecimento de-

monstrado por alguns entrevistados em relação ao Conselho de Direitos. Mais uma vez, percebemos a necessidade de criação e ampliação dos momentos de capacitação das equipes que atuam na política de proteção integral.

No que se referem aos Fundos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes (FMCA), os resultados apontam dificuldades em seu funcionamento. Isto reflete na falta de conhecimento por parte dos entrevistados sobre a existência e disponibilidade de recursos disponíveis no município para a implementação de ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Vale ressaltar que a responsabilidade pelo financiamento da política de proteção integral é tripartite, ou seja, cabe aos três entes da federação, que devem manter seus fundos próprios, geridos pelos Conselhos de Direito. Com relação a isso, verificamos que foram citadas algumas fontes de financiamento, além das municipais, porém todas de âmbito federal e nenhuma estadual, cabendo talvez um estudo posterior específico sobre o financiamento das ações voltadas para crianças e adolescentes, como meio de subsidiar a ação do controle social.

Outro ponto importante verificado na pesquisa, que também aparece como uma das diretrizes elen-

çadas no ECA, diz respeito à articulação entre os órgãos responsáveis pela implantação e implementação da política de proteção integral, ou mesmo à articulação da Rede de Proteção em nível vertical ou horizontal.

Há de se ressaltar que a articulação das ações em rede aparece também no eixo estratégico “Atendimento”, do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil, de 2002; e no eixo “Atendimento integral”, do Plano Decenal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, elaborado em 2008.

Em todos esses documentos, a articulação em rede é posta como item fundamental para a implementação da política de proteção integral, devido à complexidade do assunto e considerando que nenhum órgão ou instituição, isoladamente, conseguirá dar conta de atender a todas as nuances envolvidas na questão da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Sobre esse assunto, verificou-se que as respostas dos entrevistados se mostram um pouco contraditórias, uma vez que a maioria deles afirmou que os municípios possuem um fluxo de assistência estruturado. Ao mesmo tempo, um grande percentual de entrevistados afirmou que os municípios não tra-

balham em rede. A causa desta contradição pode estar na compreensão que as pessoas têm acerca do conceito de trabalho em rede.

Se considerarmos que a maior parte das metas do plano decenal que se referem à temática da articulação em rede tinha como prazo o ano de 2010, percebemos a necessidade de realizar uma avaliação para identificar as dificuldades enfrentadas pelos órgãos executores da política para implantação e implementação da Rede de Proteção, tão importante para o sucesso das ações desenvolvidas.

Por fim, gostaríamos de destacar que, dentre todas as dificuldades verificadas durante a realização da pesquisa, a que mais chamou atenção foi a falta de informação, por parte de um grande número de pessoas que executam a política de proteção integral, sobre os temas pesquisados.

Assim como a articulação em rede, a capacitação dos profissionais envolvidos na política de proteção integral é um item constante tanto do plano nacional quanto do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, e deveria ser uma das prioridades desses municípios, uma vez que qualquer política pública só se materializa através dos profissio-

nais que a executam. Por isso, essas pessoas precisam estar bem informadas e capacitadas para desenvolver suas atividades.

Mais do que por determinações legais, é importante frisar que a política de proteção integral é feita por pessoas. No entanto, se os governos federal, estadual e municipais não investirem na constante qualificação dos agentes da Rede de Proteção (mediante a realização de trabalhos de supervisão, capacitação continuada, grupo de estudos, especialização, formação de equipe multidisciplinar, etc) todos os demais esforços serão em vão. Em consequência, o trabalho a ser desenvolvido sempre correrá o risco de ficar fortemente comprometido, no que concerne aos seus objetivos, metas, propósitos e finalidades. Bem como o diagnóstico realizado pela presente pesquisa.

Assim sendo, todo esforço burocrático e institucional “vai por água abaixo”, não importando em que grau e extensão ele esteja sendo desenvolvido. O mais preocupante de tudo é constatar que os sujeitos para quem as ações públicas são destinadas, em primeiríssima instância – ou seja, as crianças e os adolescentes vítimas de violência sexual, continuam desassistidos. E, assim, continuam dilacerados em suas subjetividades

e formas de organização psicossocial, apartados ainda do Sistema de Garantia de Direitos que lhes assegura, teoricamente, o direito de se desenvolverem de forma plena e com dignidade.

Destarte, que fique o alerta para que ações pertinentes sejam tomadas, objetivando que as políticas públicas e os trabalhos em rede atinjam a finalidade a que se destinam: reintegrar crianças e adolescentes, restaurando-lhes a subjetividade dilacerada pela violência e removendo-os de uma situação por demais dolorosa, cruel e traumática.

Essa deve ser a atuação precípua do Estado, tanto na elaboração quanto na execução das políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. É verdade que, sobre o assunto, muito já se fez, mas não é menos verdade que muito ainda resta a ser feito. Esta constatação, por si só, confere à presente pesquisa um elevado valor heurístico, o que justifica o trabalho realizado.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, nº 191-A, 5 de out. 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

CARVALHO M.C. Brandt e GUARÃ, Isa. M.F R. **Gestão Municipal dos Serviços de Atenção à Infância e Adolescência**. IEE, PUC/SP, 1997.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede – A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CROMBERG, R. U. **Cena incestuosa: abuso e violência sexual**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001 (Coleção Clínica Psicanalítica).

CABRAL, Edson Araújo. (org.) **Sistema de Garantia de Direitos: um caminho para a proteção integral**. Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – Cendhec. Recife, 1999.

CONDEPE/FIDEM. **Constituição das Regiões de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco**. Acessado em 2 de julho de 2012.

GUIMARÃES, Fabiana Aguiar de Oliveira. **Rede Social e suas Contribuições: espaço de disputa ideológico-política**. (dissertação) Mestrado em Serviço Social. Porto Alegre: PUC, 2007.

MINAYO, M.C.; SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** Caderno de Saúde Pública 9(3):239-262, 1993.

MINAYO, M. C. S; CRUZ NETO, O. **Triangulación de métodos en la evaluación de programas y servicios de salud**. Pp. 65-80. In: Bronfman, M; Castro, R. (coord.). Salud, cambio social y política: perspectivas desde América Latina. México: Edamex. 1999.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S., **O Desafio do Conhecimento. Pesquisa Qualitativa e Saúde**. 7. ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 2000.

MINAYO, M.C.S., ASSIS, S.G., SOUZA, E.R. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 244 p, 2005.

PORTO, Paulo Cezar Maia. **Um Sistema de Garantia de Direitos – Inter-relações** (B). In: CABRAL, Edson Araújo. (org.) *Sistema de Garantia de Direitos: um caminho para a proteção integral*. Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – Cendhec. Recife, 1999. (a)

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2007.

Apêndice

CHILDHOOD

pela proteção da infância

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) Questionários (gestores e técnicos)

O(a) Sr(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Diagnóstico da Rede de Proteção da Criança e do Adolescente em Situação de Violência Sexual - Um olhar sobre o atendimento integral à criança e adolescente vítima de violência sexual em oito cidades-polo de Pernambuco”, que tem como objetivo diagnosticar o funcionamento da Rede de Proteção nos 12 municípios-polo de Pernambuco, com foco na atenção integral, visando a orientar a implantação de políticas públicas na área.

A sua participação não é obrigatória e consistirá em responder a um questionário composto de questões relativas à concepção orientadora do trabalho com Rede de Proteção: proposição e gestão da política de proteção da criança e do adolescente, territorialidade/abrangência e articulação/operacionalização.

Será garantido ao(à) Sr(a) que as informações prestadas serão mantidas sob sigilo e só serão utilizadas para análise desta pesquisa. Seu nome ou qualquer forma de identificação será suprimido e, em seu lugar, apenas existirá um código. O único risco que o(a) Sr(a) tem em participar é de constrangimento diante de algum questionamento, contudo o(a) Sr(a) tem todo o direito de se recusar a responder algum questionamento ou mesmo inter-

romper a entrevista a qualquer momento, sem nenhum prejuízo em sua relação com o(a) pesquisador(a) ou a instituição. O(a) Sr(a) não terá nenhum benefício pessoal direto em participar desta pesquisa, entretanto as informações prestadas poderão gerar indicativos importantes para a instrumentalização de gestores e técnicos. Os resultados deste estudo serão fundamentais para a construção de referenciais teórico-metodológicos mais eficazes na defesa e promoção dos direitos da população infanto-juvenil do Estado de Pernambuco.

Este documento será emitido em duas vias e deverá ser assinado pelo(a) Sr.(a) e pelo pesquisador de campo. Uma via ficará sob a guarda da equipe de pesquisa e outra deverá ser entregue ao(à) Sr.(a). Qualquer dúvida que tiver sobre esta pesquisa, o(a) Sr.(a) poderá perguntar neste momento ou posteriormente procurar a pesquisadora responsável, Sra. Gorete Vasconcelos, nos telefones 81 3034-2345/3037-2345.

CHILDHOOD

pela proteção da infância

Eu, _____
_____, gestor(a) ou técnico(a) do seguinte
órgão _____,
recebi e entendi as informações sobre esta pesquisa, e tive tempo
necessário para fazer perguntas sobre a mesma, estando ciente
dos meus direitos e aceitando participar do estudo.

Local: _____ Data: __/__/____

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Nome e assinatura do pesquisador de campo

CHILDHOOD

pela proteção da infância

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Questionários (responsável legal pela criança/adolescente)

O(a) Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Diagnóstico da Rede de Proteção da Criança e Adolescente Vítima de Violência Sexual nas 12 cidades-polo de desenvolvimento do Estado de Pernambuco - Um olhar sobre o atendimento integral às crianças e adolescentes em situações de violência sexual”, que tem como objetivo diagnosticar o funcionamento da Rede de Proteção nos 12 municípios-polo de Pernambuco, com foco na atenção integral, objetivando orientar a implantação de políticas públicas na área.

A sua participação não é obrigatória e consistirá em responder a um questionário composto de questões relativas ao atendimento da criança (ou adolescente) _____
_____ (nome da criança ou adolescente).

Será garantido ao(à) Sr.(a) que as informações prestadas serão mantidas sob sigilo e só serão utilizadas para análise desta pesquisa. Seu nome e o da criança ou adolescente, bem como qualquer forma de identificação, serão apagados e, em seu lugar, apenas existirá um número. O único risco que o(a) Sr.(a) tem de participar é sentir vergonha diante de alguma pergunta sobre o menor sob sua responsabilidade legal, havendo o direito de se recusar a respondê-la ou mesmo de parar a aplicação do questionário a qualquer momento, sem nenhum prejuízo em sua relação com o(a) pesquisador(a) ou a instituição. O(a)

Sr.(a) e o menor não terão nenhum benefício pessoal direto com esta pesquisa, mas as informações prestadas poderão ajudar o governo e as pessoas que trabalham com a defesa e promoção dos direitos da população infanto-juvenil do Estado de Pernambuco.

Este documento será emitido em duas vias e deverá ser assinado pelo(a) Sr.(a) e pelo pesquisador de campo. Uma via ficará sob a guarda da equipe de pesquisa e outra deverá ser entregue ao(à) Sr.(a). Qualquer dúvida que tiver sobre esta pesquisa, poderá perguntar neste momento ou posteriormente procurar a pesquisadora responsável, Sra. Gorete Vasconcelos, nos telefones 81-30342345/ 30372345.

Eu, _____, responsável legal pela criança (ou adolescente) citada(o) acima, declaro que recebi e entendi as informações sobre esta pesquisa, tive tempo necessário para fazer perguntas sobre a mesma, estou ciente dos meus direitos e aceito participar do estudo.

Assinatura do respondente

Nome e assinatura do pesquisador de campo

Anexos

ANEXO I Instrumento de coleta de dados – Questionário

DIAGNÓSTICO DA REDE DE PROTEÇÃO

**Um olhar sobre o atendimento integral à
criança e adolescente vítima de violência
sexual em oito cidades-polo de Pernambuco**

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO (TÉCNICOS)

Questionário nº _____ Data: ____/____/____
Cidade-polo: _____

IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO

Nome: _____

Instituição: _____

Função: _____

Formação: _____

Contato: _____

1 PROPOSIÇÃO E GESTÃO DA POLÍTICA

1.1 Conhece a política de proteção e assistência integral prevista no ECA?

☐ SIM ☐ NÃO

1.2 Quais são as prioridades para a política da infância e adolescência do município no setor (saúde, educação, direitos humanos, assistência social e segurança pública)?

1.3 Existem dados, números, estudos que apontem quais são as prioridades do município em relação a essa política?

☐ SIM ☐ NÃO

1.4 Se sim, de onde e quais?

1.5 Existe diagnóstico/mapeamento situacional da violência sexual contra crianças e adolescentes no seu município?

☐ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SABE

1.6 Se sim, quais?

2 TERRITORIALIDADE E ABRANGÊNCIA

2.1 Existe um plano de ação de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no seu município? (SE NÃO, PULE PARA A QUESTÃO 2.3)

☐ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SABE

2.2 Quais as secretarias que elaboraram/participaram do plano?

- ☐ Saúde
- ☐ Educação
- ☐ Política de Assistência Social
- ☐ Direitos Humanos
- ☐ SDS
- ☐ Outras

2.3 No último ano, foi desenvolvida alguma ação de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município? (SE NÃO, PULE PARA A QUESTÃO 2.5)

2.4 Se sim, de que tipo?

- ☐ Campanhas
- ☐ Reunião de articulação
- ☐ Parceria
- ☐ Outros

2.5 Que programas, projetos e serviços atualmente estão sendo desenvolvidos como enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes por setor (saúde, educação, direitos humanos, assistência social, Justiça e segurança pública)?

2.6 Existem recursos financeiros destinados à política de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?

- ☐ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SABE

2.7 Se sim, quais?

- ☐ MJ ☐ MS ☐ MEC ☐ ONGs

Recursos próprios

- ☐ MDS (Minist. Des. Social e Comb. à Fome)
- ☐ Sec. Direitos Humanos

2.8 O município tem Conselho de Direitos?

- ☐ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SABE

2.9 Existe um fluxo (encaminhamento) de assistência estruturada para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?

- ☐ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SABE

2.10 Diante dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, o município conta com que tipo de equipamento?

- ☐ Serviço de Referência em Saúde
- ☐ Creas
- ☐ Cras
- ☐ Cerca/Sentinela
- ☐ Conselho Tutelar
- ☐ GPCA
- ☐ Escola que Protege
- ☐ Casa de Acolhida
- ☐ Outros _____

3 ARTICULAÇÃO/OPERACIONALIZAÇÃO

3.1 Os profissionais do setor possuem capacitação no atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual? (SE NÃO, PULE PARA A QUESTÃO 3.3)

☐ SIM ☐ NÃO

3.2 Se sim, que tipo de capacitação?

- ☐ Seminário
- ☐ Cursos
- ☐ EAD
- ☐ Outros _____

3.3 O município possui núcleo (ou política, ou coordenação) de prevenção a acidentes e violência e promoção da saúde?

☐ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SABE

3.4 No seu município, onde está implantado o Serviço de Notificação da Violência? (SE NÃO, PULE PARA A QUESTÃO 3.7)

- ☐ SAÚDE
- ☐ SDS
- ☐ CONSELHO TUTELAR
- ☐ EDUCAÇÃO

3.5 Se sim, que tipo de serviço de notificação?

- ☐ VIVA
- ☐ SIPIA
- ☐ DISQUE 100 (Sistema Nacional de Notificação)
- ☐ RECRIAR
- ☐ OUTRO

3.6 Qual o número de notificações da violência sexual contra crianças e adolescentes no ano de 2010 em seu município?

- ☐ VIVA _____ notificações
- ☐ SIPIA _____ notificações
- ☐ RECRIAR _____ notificações
- ☐ SDS _____ notificações
- ☐ DISQUE 100 (Sistema Nacional de Notificação) _____ notificações

3.7 Os serviços oferecidos pelo município atendem à demanda para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?

☐ SIM ☐ NÃO

3.8 Há demanda reprimida?

☐ SIM ☐ NÃO

3.9 Segundo Guimarães (2007, p. 21), Rede de Atenção Integral está conceituada como:

“interconexões entre ‘agentes, serviços, mercadorias, organizações, movimentos sociais, comunidades’, assumindo a noção de ‘atendimento em rede’, que realiza ações em parceria através de suas unidades operacionais, as quais são independentes, mas interligadas com relação ao processo, aos objetivos e aos princípios que compartilham, que se traduzem em vínculos horizontais que interconectam agentes, serviços, produtos e diversos tipos de organizações”. Diante disto, o(a) Sr(a) acha que o município trabalha o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de rede?

☐ SIM ☐ NÃO

3.10 Quais os pontos fortes no processo de implementação da Rede de Proteção do município?

3.11 Quais as principais dificuldades na implementação da rede?

☐ RH
☐ Financiamento

☐ Gestão política
☐ Estrutura física
☐ Articulação/comunicação
☐ Outros

3.12 Existe alguma forma de monitoramento e/ou avaliação da política da infância e adolescência implementada no município? (SE NÃO, PULE PARA A QUESTÃO 3.14)

☐ SIM ☐ NÃO

3.13 Se sim, qual?

3.14 Algo mais que queira acrescentar?

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA:

NOME DA PESQUISADORA DE CAMPO:

ANEXO II

Instrumento de coleta de dados – Questionário

DIAGNÓSTICO DA REDE DE PROTEÇÃO

**Um olhar sobre o atendimento integral à
criança e adolescente vítima de violência
sexual em oito cidades-polo de Pernambuco**

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO (GESTORES)

Questionário nº _____ Data: ____/____/____
Cidade-polo: _____

IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO

Nome: _____

Instituição: _____

Função: _____

Formação: _____

Contato: _____

1 PROPOSIÇÃO E GESTÃO DA POLÍTICA

1.1 Conhece a política de proteção e assistência integral prevista no ECA?

SIM

NÃO

1.2 Quais são as prioridades para a política da infância e adolescência do município no setor (saúde, educação, direitos humanos, assistência social e segurança pública)?

1.3 Existem dados, números, estudos que apontem quais são as prioridades do município em relação a essa política?

SIM

NÃO

1.4 Se sim, de onde e quais?

1.5 Existe diagnóstico/mapeamento situacional da violência sexual contra crianças e adolescentes no seu município?

☐ SIM☐ NÃO☐ NÃO SABE

1.6 Se sim, quais?

2 TERRITORIALIDADE E ABRANGÊNCIA

2.1 Existe um plano de ação de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no seu município?

(SE NÃO, PULE PARA A QUESTÃO 2.3)

☐ SIM☐ NÃO☐ NÃO SABE

2.2 Quais as secretarias que elaboraram/participaram do plano?

- ☐ Saúde
- ☐ Educação
- ☐ Política de Assistência Social
- ☐ Direitos Humanos
- ☐ SDS
- ☐ Outras

2.3 No último ano, foi desenvolvida alguma ação de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no município? (SE NÃO, PULE PARA A QUESTÃO 2.5)

2.4 Se sim, de que tipo?

- ☐ Campanhas
- ☐ Reunião de articulação
- ☐ Parceria
- ☐ Outros

2.5 Que programas, projetos e serviços atualmente estão sendo desenvolvidos como enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes por setor (saúde, educação, direitos humanos, assistência social, Justiça e segurança pública)?

2.6 Existem recursos financeiros destinados à política de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?

- ☐ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SABE

2.7 Se sim, quais?

- ☐ MJ
- ☐ MS
- ☐ MEC
- ☐ ONGs
- ☐ Recursos próprios

- ☐ MDS (Minist. Des. Social e Comb. à Fome)
- ☐ Sec. Direitos Humanos

2.8 O município tem Conselho de Direitos?

- ☐ SIM ☐ NÃO

2.9 Existe um fluxo (encaminhamento) de assistência estruturada para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?

- ☐ SIM ☐ NÃO

2.10 Diante dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, o município conta com que tipo de equipamento?

- ☐ Serviço de Referência em Saúde
- ☐ Creas
- ☐ Cras
- ☐ Cerca/Sentinela
- ☐ Conselho Tutelar
- ☐ GPCA
- ☐ Escola que Protege
- ☐ Casa de Acolhida
- ☐ Outros _____

3. ARTICULAÇÃO/OPERACIONALIZAÇÃO

3.1 Os profissionais do setor possuem capacitação no atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual? (SE NÃO, PULE PARA A QUESTÃO 3.3)

☐ SIM ☐ NÃO

3.2 Se sim, que tipo de capacitação?

- ☐ Seminário
- ☐ Cursos
- ☐ EAD
- ☐ Outros _____

3.3 O município possui núcleo (ou política, ou coordenação) de prevenção a acidentes e violência e promoção da saúde?

☐ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SABE

3.4 No seu município, onde está implantado o Serviço de Notificação da Violência? (SE NÃO, PULE PARA A QUESTÃO 3.7)

- ☐ SAÚDE
- ☐ SDS
- ☐ CONSELHO TUTELAR
- ☐ EDUCAÇÃO

3.5 Se sim, que tipo de serviço de notificação?

- ☐ VIVA
- ☐ SIPIA
- ☐ DISQUE 100 (Sistema Nacional de Notificação)
- ☐ RECRIAR
- ☐ OUTRO

3.6 Qual o número de notificações da violência sexual contra crianças e adolescentes no ano de 2010 em seu município?

- ☐ VIVA _____ notificações
- ☐ SIPIA _____ notificações
- ☐ RECRIAR _____ notificações
- ☐ SDS _____ notificações
- ☐ DISQUE 100 (Sistema Nacional de Notificação) _____ notificações

3.7 Os serviços oferecidos pelo município atendem à demanda para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?

☐ SIM ☐ NÃO

3.8 Há demanda reprimida?

☐ SIM ☐ NÃO

3.9 Segundo Guimarães (2007, p. 21), Rede de Atenção Integral está conceituada como:

“interconexões entre ‘agentes, serviços, mercadorias, organizações, movimentos sociais, comunidades’, assumindo a noção de ‘atendimento em rede’, que realiza ações em parceria através de suas unidades operacionais, as quais são independentes, mas interligadas com relação ao processo, aos objetivos e aos princípios que compartilham, que se traduzem em vínculos horizontais que interconectam agentes, serviços, produtos e diversos tipos de organizações”. Diante disto, o(a) Sr(a) acha que o município trabalha o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de rede?

☐ SIM ☐ NÃO

3.10 Quais os pontos fortes no processo de implementação da Rede de Proteção do município?

3.11 Quais as principais dificuldades na implementação da rede?

☐ RH
☐ Financiamento

☐ Gestão política
☐ Estrutura física
☐ Articulação/comunicação
☐ Outros

3.12 Existe alguma forma de monitoramento e/ou avaliação da política da infância e adolescência implementada no município? (SE NÃO, PULE PARA A QUESTÃO 3.14)

☐ SIM ☐ NÃO

3.13 Se sim, qual?

3.14 Algo mais que queira acrescentar?

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA:

NOME DA PESQUISADORA DE CAMPO:

ANEXO III

DIAGNÓSTICO DA REDE DE PROTEÇÃO

**Um olhar sobre o atendimento integral à
criança e adolescente vítima de violência
sexual em oito cidades-polo de Pernambuco**

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO (RESPONSÁVEL LEGAL PELA CRIANÇA/ADOLESCENTE)

Questionário nº _____ Data: ____/____/____
Cidade-polo: _____

IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO

Nome: _____

Instituição: _____

Função: _____

Formação: _____

Contato: _____

1. PROPOSIÇÃO E GESTÃO DA POLÍTICA

1.1 Como foi sua experiência com os serviços (Rede de Proteção) de atendimento à criança (ou adolescente) vítima de violência?

- ☐ ÓTIMA
- ☐ BOA
- ☐ REGULAR
- ☐ RUIM

1.2 Que tipo de serviço o Sr.(a) procurou primeiro (porta de entrada)?

- ☐ CONSELHO TUTELAR
- ☐ DELEGACIA
- ☐ OUVIDORIA
- ☐ SAÚDE
- ☐ EDUCAÇÃO
- ☐ ASSISTÊNCIA SOCIAL
- ☐ CREAS/CRAS
- ☐ OUTROS

1.3 Como foi o atendimento?

- ☐ ÓTIMA
- ☐ BOA
- ☐ REGULAR
- ☐ RUIM

1.4. Houve encaminhamento para outros serviços?

- ☐ SIM
- ☐ NÃO

1.5 Para onde (várias opções de resposta com ordem de uso)?

- ☐ VARA DA INFÂNCIA
- ☐ CASA DE ABRIGO
- ☐ CASA DA INFÂNCIA/JUVENTUDE
- ☐ PROGRAMA SENTINELA
- ☐ DELEGACIA DA CRIANÇA
- ☐ OUTRAS DELEGACIAS
- ☐ DELEGACIA DE ATENDIMENTO À MULHER
- ☐ DELEGACIA DA CRIANÇA
- ☐ MP
- ☐ CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER
- ☐ CREAS/CRAS
- ☐ OUTROS

1.6 A necessidade da criança ou adolescente foi atendida?

- ☐ SIM
- ☐ Não, em parte

Se não, por quê?

1.7 Quais foram os pontos positivos?

1.8 Quais as dificuldades percebidas?

1.9 Algo mais que queira acrescentar?

CHILDHOOD
pela proteção da infância

Realização:

CHILDHOOD
pela proteção da infância

Parceria:

